



DIREITO

Smart Cities & Tecnologia

Energia, Serviços Públicos, Empreendedorismo e Sustentabilidade

Luiz Alberto Blanchet

Vivian Cristina Lima López Valle

ORGANIZADORES

GRD

EDITORA

Direito

Smart Cities & Tecnologia

Energia, Serviços Públicos, Empreendedorismo e Sustentabilidade

COLABORADORES

Ana Cristina Viana
Andressa de Liz Sampaio
Ariê Scherreier Ferneda
Bárbara Mendonça Bertotti
Bruna Bisi Queiroz
Cecilia de Aguilar Leindorf
Chaiene Meira de Oliveira
Cristina Borges Ribas Maksym
Danna Catharina Mascarello Luciani
Devilson da Rocha Sousa
Eduardo Iwamoto
Evandro Fernandes Pethechust
Fabio Scopel Vanin
Fernanda Bragança
Janaina Braga Norte
Janaína Santin
Janriê Rodrigues Reck
Juliana Loss de Andrade
Katherine Marcopoulos
Kátia Alessandra Pastori Terrin
Lucas Bossoni Saikali
Luis Guilherme Badotti Linhares
Maria Sara de Lima Dias
Melissa Trento
Paula Caldas Brognoli
Renata Brindaroli Zelinski
Renato Freitas
Rodrigo Maciel Cabral
Saulo Capelari Junior
Sergio Braga Junior

PREFÁCIO

Emerson Gabardo

ORGANIZADORES

Vivian Cristina Lima López Valle
Luiz Alberto Blanchet

Curitiba
GRD Editora
2021



CIP - Catalogação na Publicação

V181c
2021

Valle, Vivian Cristina Lima López (Org.); Blanchet, Luiz Alberto (Org.);
Direito, Smart Cities & Tecnologia: Energia, Serviços Públicos, Empreendedorismo e Sustentabilidade

Organização de Vivian Cristina Lima López Valle e Luiz Alberto Blanchet - Curitiba: GRD, 2021.
52p.; il., 21 x 29,7 cm

ISBN: 978-65-992732-4-7 e-Book (PDF)
DOI: 10.5281/zenodo.4628851

1. Direito. 2. Smart Cities. 3. Tecnologia. 4. Energia. 5. Serviços Públicos. 6. Empreendedorismo.
7. Sustentabilidade. I. Valle, Vivian Cristina Lima López (org.). II. Blanchet, Luiz Alberto (org.). III. TÍTULO.

CDD 340
CDU 34

Informações bibliográficas conforme a ABNT NBR 6.023:2018

Para a obra completa:

VALLE, Vivian Cristina Lima López; BLANCHET, Luiz Alberto. (Orgs.). *Direito, Smart Cities & Tecnologia: Energia, Serviços Públicos, Empreendedorismo e Sustentabilidade*. Curitiba: GRD, 2021. 52p.
ISBN: 978-65-992732-4-7 DOI: 10.5281/zenodo.4628851

Informamos que é de inteira responsabilidade dos autores colaboradores a emissão de conceitos publicados na obra impressa ou digital e publicizada eletronicamente.

Editores associados:



CC BY-NC-SA. Esta licença permite que outros remixem, adaptem e desenvolvam seu trabalho de maneira não comercial, desde que creditem a você e licenciem suas novas criações sob os mesmos termos.

Direito
Smart Cities & Tecnologia
Energia, Serviços Públicos, Empreendedorismo e Sustentabilidade

Seminário de Integração do NUPED
PPGD/PUCPR 2021

ORGANIZAÇÃO

Seminário Direito da Energia, Empreendedorismo e Sustentabilidade

Eduardo Iwamoto
Luiz Alberto Blanchet

Seminário Serviços Públicos, Smart Cities e Tecnologia

Daniel Wunder Hachem
Rodrigo Maciel Cabral
Vivian Cristina Lima López Valle
William Gallo Aponte

Comissão de Análise dos Comunicados Científicos

Luís Antônio Zanotta (Universidade de Santa Cruz do Sul)
Mariana Avelar (Universidade Federal de Minas Gerais)
Murilo Melo Vale (Universidade Federal de Minas Gerais)

Comissão Executiva

Alexandre Godoy Dotta
Emerson Gabardo

Patrocínio

GRD Editora

Realização

PPGD/PUCPR
Programa de Pós-Graduação em Direito da
Pontifícia Universidade Católica do Paraná

NUPED
Núcleo de Pesquisas em Políticas Públicas e
Desenvolvimento Humano

GESPAD
Grupo de Estudos em Serviços Públicos e
Administração Pública Digital

IJDL
International Journal of Digital Law

Sumário

PREFÁCIO	
Emerson Gabardo	9
Comunicados Científicos	
EDUCAÇÃO E NOVAS TECNOLOGIAS: FORMAÇÃO CRÍTICA EM TEMPOS DE <i>FAKE NEWS</i>	
Janaína Santin	11
OBSERVAÇÃO DO DIREITO E DAS CIDADES INTELIGENTES: CONTRIBUIÇÕES PARA FORMAÇÃO DE DIRETRIZES JURÍDICAS PARA POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL	
Fabio Scopel Vanin	
Janriê Rodrigues Reck	13
DISTRIBUIÇÃO DESIGUAL DOS RISCOS SOCIOAMBIENTAIS PROVOCADOS POR USINAS HIDRELÉTRICAS	
Kátia Pastori Terrin	
Janaina Braga Norte	15
A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL APLICADA NOS SERVIÇOS PÚBLICOS E OS PRINCIPAIS DESAFIOS IMPOSTOS PELA LGPD	
Melissa Trento	17
INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL APLICADA NOS SERVIÇOS PÚBLICOS RUMO AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	
Cristina Borges Ribas Maksym	19
A UTILIZAÇÃO DA TECNOLOGIA COMO FORMA DE DESBUROCRATIZAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS: PERSPECTIVAS E DESAFIOS À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	
Chaiene Meira de Oliveira	
Devilson da Rocha Sousa	21
BOLSA DE ENERGIA “ENERGY EXCHANGE”	
Eduardo Iwamoto	23
A IMPLEMENTAÇÃO DE SMART CITIES NO CONTEXTO DA PANDEMIA DA COVID-19: A PROTEÇÃO DE DADOS DOS CIDADÃOS BRASILEIROS	
Thairone de Sousa Paiva	
Patricia Borba Vilar Guimaraes	25
PLATAFORMAS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS E SISTEMA DE JUSTIÇA BRASILEIRO PÓS COVID-19	
Fernanda Bragança	
Juliana Loss de Andrade	27
O ELEITOR E A INFLUÊNCIA DOS BOTS SOCIAIS: UMA CONTRIBUIÇÃO DA ECONOMIA COMPORTAMENTAL	
Luis Guilherme Badotti Linhares Danna	
Catharina Mascarello Luciani	29
SERVIÇOS PÚBLICOS E O PAPEL DOS MUNICÍPIOS PARA CONCRETIZAÇÃO DAS CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS	
Rodrigo Maciel Cabral	
Cecilia de Aguiar Leindorf	31

Sumário

Comunicados Científicos

A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, A INTERDISCIPLINARIDADE E VIABILIDADE DURANTE O COVID-19: UMA RELAÇÃO TRANSFORMADORA ENTRE UNIVERSIDADE E SOCIEDADE Paula Caldas Brognoli Maria Sara de Lima Dias	33
A REVOLUÇÃO 4.0 ENQUANTO CATALISADORA DA TRANSFORMAÇÃO DIGITAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA Saulo Capelari Junior Renato Alexandre da Silva Freitas	35
CIDADES INTELIGENTES PARA TODOS: O DESAFIO DE REDUZIR A DESIGUALDADE SOCIAL DIANTE DA EXCLUSÃO DIGITAL Lucas Bossoni Saikali	37
SERVIÇO PÚBLICO DIGITAL NO ÂMBITO DA SAÚDE EM TEMPOS DE COVID-19: A TELEMEDICINA E OS APP'S Evandro Fernandes Pethechust	39
A DIFICULDADE DA PROCURADORIA DO MUNICÍPIO DE CASTELO NA ERA DIGITAL Bruna Bisi Ferreira de Queiroz	41
O PARADIGMA DO GOVERNO DIGITAL E A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS ELETRÔNICOS: REFLEXÕES SOBRE UM NECESSÁRIO ENFRENTAMENTO DO ANALFABETISMO DIGITAL E DOS IMPACTOS NEGATIVOS DAS NOVAS TECNOLOGIAS NO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL Renata Brindaroli Zelinski	43
SMART CITIES E O OUTRO LADO DA MOEDA: A SOCIEDADE DE VIGILÂNCIA Ana Cristina Aguilar Viana Bárbara Mendonça Bertotti	45
O DESAFIO DA IMPLEMENTAÇÃO DAS SMART GRIDS NA CONSTRUÇÃO DAS CIDADES INTELIGENTES Sergio Alexandre de Moraes Braga Junior	47
QUEM QUER VIVER PARA SEMPRE? O LUTO DIGITAL E A GESTÃO DE CONTEÚDO EM REDES SOCIAIS POR MEIO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL Katherine Marcopoulos Ariê Scherreier Ferneda	49
TECNOLOGIA APLICADA PARA A FIXAÇÃO E ANÁLISE DE PRECEDENTES NO DIREITO BRASILEIRO MEDIANTE O USO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL: A SUBJETIVIDADE ENTRE A NORMA GERAL E ABSTRATA E O TRAJETO DA SUBSUNÇÃO DO FATO À NORMA Andressa de Liz Sampaio	51

PREFÁCIO

O NUPED – Núcleo de Pesquisas em Políticas Públicas e Desenvolvimento Humano da Pontifícia Universidade Católica do Paraná traz a público mais uma contribuição ímpar para a consolidação e aperfeiçoamento do Direito Digital brasileiro. O livro intitulado *Direito, Smart Cities & Tecnologia: energia, serviços públicos, empreendedorismo e sustentabilidade* é uma amostra importante da investigação científica realizada na área e vem em momento absolutamente oportuno.

A obra é resultado da submissão e apresentação de comunicados científicos por ocasião dos Seminários de Integração do NUPED/PUCPR no ano de 2021. Trata-se de um tradicional evento de início de ano letivo, que nesta oportunidade implicou a realização de dois seminários autônomos: o *Seminário de Direito da Energia, Empreendedorismo e Sustentabilidade*, organizado pelos colegas Luiz Alberto Blanchet e Eduardo Iwamoto, e o *Seminário Serviços Públicos, Smart Cities e Tecnologia*, organizado pelos colegas Vivian Cristina Lima López Valle, Daniel Wunder Hachem, Rodrigo Maciel Cabral e William Gallo Aponte.

É muito positiva a iniciativa não só de realização dos Seminários, mas também de ser promovida a divulgação dos trabalhos apresentados por meio da publicação dos textos escritos, que foram debatidos com acuidade por uma comissão composta por pesquisadores de importantes programas de pós-graduação: Luis Antonio Zanotta (Universidade de Santa Cruz do Sul), Mariana Avelar (Universidade Federal de Minas Gerais) e Murilo Melo Vale (Universidade Federal de Minas Gerais).

Os temas escolhidos para os Seminários são muito atuais e pertinentes: *Smart cities*, tecnologia, serviços públicos, empreendedorismo e sustentabilidade. São assuntos representativos das áreas de concentração do PPGD da PUCPR, focadas tanto em “Desenvolvimento Econômico” quanto em “Sustentabilidade” – temas que merecem a preocupação dos operadores do mercado e dos gestores públicos, bem como requerem cada vez maior atenção das universidades.

Considerando todas as dificuldades inerentes ao momento trágico em que vivemos, fruto de uma prolongada pandemia, é ainda mais meritório o esforço de alunos e professores em continuar contribuindo para a incrementação do conhecimento e melhor operacionalização do Direito. É notória a impulsão rápida das disrupções e os profissionais do mundo jurídico não podem ficar alheios às transformações que estão impactando o mundo real (e por que não, o “mundo virtual”).

Aos pesquisadores Ana Cristina Viana, Ariê Scherreier Ferneda, Bárbara Mendonça Bertotti, Cecilia de Aguilar Leindorf, Chaiene Meira de Oliveira, Cristina Borges Ribas, Maksym Danna Catharina Mascarello Luciani, Devilson da Rocha Sousa, Eduardo Iwamoto, Evandro Fernandes Pethechust, Fabio Scopel Vanin, Fernanda Bragança, Janaina Braga Norte, Janaína Santin, Janriê Rodrigues Reck, Juliana Loss de Andrade, Katherine Marcopoulos, Kátia Alessandra Pastori Terrin, Lucas Bossoni Saikali, Luis Guilherme Badotti Linhares, Maria Sara de Lima Dias, Melissa Trento Paula Caldas Brognoli, Renata Brindaroli Zelinski, Rodrigo Maciel Cabral e Andressa de Liz Sampaio eu deixo registrado dos meus parabéns. Tive a oportunidade de acompanhar as comunicações e ler os resumos apresentados. Em todos os casos foram relatórios e debates de elevado nível de excelência.

Finalmente, um agradecimento a editora GRD pelo apoio técnico e registro das comunicações científicas. Por último cabe uma menção especial à atuação do GESPAD – Grupo de Estudos em Serviços Públicos e Administração Pública Digital, que se integrou ao NUPED no ano de 2020 e tem ampliado significativamente a sua integração não somente dentro da universidade, mas se estendendo e impactando a comunidade externa. Ficou clara a sua contribuição ao sucesso dos eventos e à consolidação dos estudos em Direito Digital no contexto da Escola de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

Curitiba, 24 de março de 2021.

Emerson Gabardo

Professor Titular de Direito Administrativo da PUCPR
Professor Associado de Direito Administrativo da UFPR

Direito
Smart Cities & Tecnologia
Energia, Serviços Públicos, Empreendedorismo e Sustentabilidade

EDUCAÇÃO E NOVAS TECNOLOGIAS: FORMAÇÃO CRÍTICA EM TEMPOS DE *FAKE NEWS**

EDUCATION AND NEW TECHNOLOGIES: CRITICAL TRAINING IN TIMES OF FAKE NEWS

JANAÍNA SANTIN ¹

Universidade Federal do Paraná (Curitiba, Paraná, Brasil)

<https://orcid.org/0000-0001-6547-2752>

janainasantin@yahoo.com.br

RESUMO

As tecnologias de informação e comunicação romperam com muitos paradigmas da modernidade, em especial ao inaugurar uma nova esfera pública produzida por uma sociedade em rede. As pessoas passam a interagir muito mais no meio virtual do que no meio real. Tais mudanças trazem muitos pontos positivos, como a capacidade de desterritorialização, a transmissão global de informações em tempo real e as facilidades no seu acesso. Não se usa mais da ideologia e seu convencimento através do argumento persuasivo, mas sim da imagem, do magnetismo e da fascinação produzida pelos meios virtuais, formando e conformando a opinião pública a partir desta nova esfera pública virtual. Porém, a desterritorialização provocada pela internet favorece a imobilidade dos indivíduos e a desilusão com o envolvimento social. Vive-se uma época de perda da experiência do coletivo, onde não é mais necessário encontrar-se presencialmente com o outro e buscar alternativas aos problemas sociais a partir de um diálogo aberto, plural, isonômico, livre de coerções e coações. Os algoritmos utilizados pelas novas tecnologias de comunicação e informação selecionam as notícias e acontecimentos a partir do interesse do usuário, o que

* A autora recebeu Menção Honrosa pela pesquisa segundo a avaliação da Comissão Científica do Seminários de Integração do PPGD/PUCPR 2021 e ficou em primeiro lugar na lista de melhores comunicações científicas apresentadas.

¹ Doutora em Direito pela Universidade Federal do Paraná com estágio de Pós-doutorado em Direito Administrativo pela Universidade de Lisboa, Portugal, com bolsa CAPES, Mestrado em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (2000). Advogada e Professora Titular da Universidade de Passo Fundo. Faz parte do corpo docente permanente do Mestrado em Direito e do Mestrado e Doutorado em História da Universidade de Passo Fundo. É professora da Graduação e Pós-Graduação lato sensu da Faculdade de Direito da Universidade de Passo Fundo. É professora convidada do Mestrado em Ciências Jurídicas-Econômicas e Desenvolvimento e do Mestrado em Governança e Gestão Pública da Universidade Agostinho Neto, em Luanda, Angola-África. <http://lattes.cnpq.br/3213900043864696>

favorece o desenvolvimento de posições extremistas e fechadas ao dissenso. E quando se pensa esta realidade aplicada à educação, por meio da internet os alunos possuem um “mundo” de informação a sua disposição, e a grande dificuldade se mostra, hoje, em selecionar e qualificar o que está disponível na web. Identificar o que é verdadeiro e o que é falso, o que tem qualidade e o que carece de fontes confiáveis. A partir desta constatação parte a problemática desta pesquisa, que pelo método hipotético-dedutivo pretende verificar como os mecanismos democráticos podem ser afetados pelas novas tecnologias de informação e comunicação, as quais podem prejudicar o conhecimento e até mesmo manipulá-lo, dissuadindo a verdade e induzindo ao engano. E nesse contexto, as novas tecnologias e abordagens pedagógicas estão transformando o papel do professor em sala de aula, que cada vez mais passa a ser um mediador, um guia no processo de ensino e aprendizagem dos alunos, os quais em uma sociedade complexa deverão ser muito mais proativos do que no passado. É importante que as faculdades tenham disciplinas específicas que possibilitem a formação da consciência crítica e a compreensão dessa realidade que é imposta pela cultura atual: aprender a desmistificar as informações divulgadas de maneira massiva e acrítica pelas redes sociais. Aumentar canais de diálogo, de interface entre as disciplinas, de encontro com o outro, que é diferente e tem pensamentos diversos aos seus e, aos poucos, retomar algo que nunca deveria ter sido perdido: o gosto pelo debate de ideias, pela multiplicidade de pensamentos e pelo encontro em meio a tantos desencontros. Desenvolver uma educação para a pluralidade, para a solidariedade e para o sentido de pertencimento, que é realmente o que desenvolve a cidadania.

Palavras-Chave

Tecnologias de comunicação e informação; *fake news*; cidadania; educação; opinião pública.

Como citar:

SANTIN, Janaína. Educação e novas tecnologias: formação crítica em tempos de *fake News*. In: VALLE, Vivian Cristina Lima López; BLANCHET, Luiz Alberto. (Orgs.). *Direito, Smart Cities e Tecnologia: Energia, Serviços Públicos, Empreendedorismo e Sustentabilidade*. Curitiba: GRD, 2021. ISBN: 978-65-992732-4-7 DOI: 10.5281/zenodo.4628851

OBSERVAÇÃO DO DIREITO E DAS CIDADES INTELIGENTES: CONTRIBUIÇÕES PARA FORMAÇÃO DE DIRETRIZES JURÍDICAS PARA POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL *

*OBSERVATION OF LAW AND SMART CITIES: CONTRIBUTIONS TO THE
FORMATION OF LEGAL GUIDELINES FOR PUBLIC POLICIES IN BRAZIL*

FABIO SCOPEL VANIN ¹

Centro Universitário da Serra Gaúcha (Caxias do Sul, Rio Grande do
Sul, Brasil)

<https://orcid.org/0000-0001-6812-7874>
fabioscopelvanin@outlook.com

JANRIÊ RODRIGUES RECK ²

Universidade de Santa Cruz do Sul (Santa Cruz do Sul, Rio Grande do
Sul, Brasil)

<https://orcid.org/0000-0001-9162-8941>
janriereck@gmail.com

RESUMO

O tema das cidades inteligentes tem motivado estudos em diferentes campos da ciência, dentre os quais, o direito. Há experiências concretas em diversos países do mundo, onde a tecnologia da informação passa a ser vista como elemento chave do presente e do futuro das cidades. Documentos de agências multilaterais tem contribuído com a ampliação do debate das *Smart Cities*, já existindo inúmeras percepções do seu impacto no cenário e na gestão urbana. Trata-se de assunto inserido em uma grande contingência de informações e em um ambiente complexo, justificando-se o uso da teoria dos sistemas, como

* Os autores receberam Menção Honrosa pela pesquisa segundo a avaliação da Comissão Científica do Seminários de Integração do PPGD/PUCPR 2021 e ficaram em segundo lugar na lista de melhores comunicações científicas apresentadas.

¹ Advogado e Professor. Doutor em Direito. Atualmente exerce o cargo de Coordenador do Curso de Direito e do Centro de Ciências Jurídicas e Sociais do Centro Universitário da Serra Gaúcha- FSG. Possui estudos e publicações em Direito Ambiental, Urbanístico e Imobiliário.

² Possui graduação em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos e Mestrado pela Universidade de Santa Cruz do Sul. Coursou doutorado na Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Atualmente é professor do Programa de Pós-Graduação, Mestrado e Doutorado, da Universidade de Santa Cruz do Sul. Atualmente é Procurador Federal.

marco teórico para abordagem deste estudo. O objetivo do trabalho é identificar, a partir da observação do ambiente (questões que não integram o sistema do direito), possíveis contribuições para formação de diretrizes jurídicas para as Políticas Públicas de Cidades Inteligentes no Brasil. O trabalho é desenvolvido expondo-se critérios gerais, conceituais e os elementos centrais sobre as Cidades Inteligentes. Em seguida, a partir de uma observação da Nova Agenda Urbana, de Estudos do BID e da experiência da Espanha, relaciona-se tais descrições com a programação do direito público no Brasil. A escolha da Espanha, como referência internacional, se dá pela existência de um Plano Nacional de Cidades Inteligentes, o que tem direcionando e padronizado as iniciativas dos governos locais daquele país neste contexto. A pesquisa é realizada com base no método dedutivo e vale-se da teoria dos sistemas para observar como o conhecimento do ambiente pode ser acoplado ao sistema do direito. Como resultado, verifica-se que a observação dos documentos internacionais e a experiência espanhola, são fatores que podem auxiliar na construção da programação jurídica do tema no Brasil. Como contribuições, o artigo aponta algumas diretrizes jurídicas, destacando questões relativas à finalidade, a competência e aos meios de que deveriam ser observados na produção de políticas públicas para *Smart Cities* no país.

Palavras-Chave

Cidades Inteligentes; Direito Público; Teoria dos Sistemas; Políticas Públicas; Política Urbana.

Como citar:

VANIN, Fabio Scopel; RECK, Janriê Rodrigues. Observação do direito e das cidades inteligentes: contribuições para formação de diretrizes jurídicas para políticas públicas no Brasil. In: VALLE, Vivian Cristina Lima López; BLANCHET, Luiz Alberto. (Orgs.). *Direito, Smart Cities e Tecnologia: Energia, Serviços Públicos, Empreendedorismo e Sustentabilidade*. Curitiba: GRD, 2021. ISBN: 978-65-992732-4-7 DOI: 10.5281/zenodo.4628851

DISTRIBUIÇÃO DESIGUAL DOS RISCOS SOCIOAMBIENTAIS PROVOCADOS POR USINAS HIDRELÉTRICAS

UNEQUAL DISTRIBUTION OF SOCIO-ENVIRONMENTAL RISKS CAUSED BY HYDROELECTRIC PLANTS

KÁTIA PASTORI TERRIN ¹

Pontifícia Universidade Católica do Paraná (Curitiba, Paraná, Brasil)

<https://orcid.org/0000-0002-2041-6519>

katiaterrin@hotmail.com

JANAINA BRAGA NORTE ²

Pontifícia Universidade Católica do Paraná (Curitiba, Paraná, Brasil)

<https://orcid.org/0000-0002-6491-3402>

nandabra14@gmail.com

RESUMO

Hodiernamente, percebe-se no Brasil um avanço significativo na construção de empreendimentos, atividade e obras que causam impactos negativos na sociedade como um todo. Como exemplo podem ser citadas as Usinas Hidrelétricas cujas obras interferem de maneira singular em aspectos sociais, econômicos, ambientais e culturais da população. Dessa forma, os aspectos negativos resultantes da implementação da infraestrutura de uma Usina Hidrelétrica; como principal fonte geradora de energia no Brasil. O estudo tem seu enfoque em impactos de ordem socioambiental. A utilização da energia elétrica tornou-se essencial no mundo contemporâneo, pois quase todas as atividades humanas envolvem o seu consumo. Diante dessa perspectiva, sua análise jurídica, com reflexos nas mais diversas ordens, tem sido cada vez mais alvo de discussões importantes. A questão energética colocada para o direito não está mais apenas nas relações entre produção, transmissão, distribuição e consumo de energia. Agora a energia tem que ser pensada também como um

¹ Doutoranda em Direito pela PUCPR. Professora pesquisadora bolsista do FINEP III. Doutoranda em Direito pela PUCPR. Foi aluna especial do Doutorado em Direito na USP. Mestre em Direito Negocial - Direito Empresarial e Relações Internacionais pela Universidade Estadual de Londrina, Paraná. Pós-graduada em Direito Processual Civil e Direito Civil, também pela Universidade Estadual de Londrina. Graduada em Direito pela Universidade Estadual de Londrina.

² Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Doutorandas em Direito pela PUCPR, E-mail: katiaterrin@hotmail.com; Orcid: 0000-0002-6491-3402

recurso natural escasso, um risco à sociedade. Analisar os impactos negativos das Usinas Hidrelétricas no Brasil, à luz de um Direito de Energia se mostra cada vez mais relevante diante da atualizada necessidade em se pensar mecanismos de sustentabilidade na promoção do desenvolvimento nacional, mormente quanto à produção energética no país. Destaca-se a necessidade de se implementar e efetivar os mecanismos já existentes de contenção dos prejuízos, como adoção de Audiência Públicas com a participação efetiva da população diretamente interessada, a partir de sua conscientização prévia, além de se destacar a importância dos impactos ambientais. Ao se analisar os impactos socioambientais da exploração de potenciais hidrelétricos, por meio da metodologia da ação contributiva, observa-se que a sustentabilidade não deve ser analisada tão somente de forma ambiental, mas também desde uma visão social e econômica ressaltando as dimensões ética e jurídica-política. Nesse sentido, se mostra eficaz estabelecer um exame dos institutos gerais da sustentabilidade como valor e princípio constitucional sobre a agenda da sustentabilidade multidimensional; e, desenvolvimento de uma atuação real, direta e eficiente sobre a educação, os vícios políticos, a atuação dos atos administrativos, a responsabilidade do Estado e a nova interpretação jurídica sobre o princípio em menção. A avaliação da sustentabilidade de hidrelétricas é complexa e requer a observação de um amplo conjunto de fatores que extrapola o conteúdo do artigo. Apesar disto, o estudo constitui um importante passo na consolidação de informações quantitativas que poderão orientar o processo decisório sobre a construção de novas hidrelétricas, com benefícios para todo o país, uma vez que busca demonstrar a distribuição de riscos e sugerir mecanismos de prevenção para contenção dos prejuízos causados por esta exploração. Espera-se, assim, elevar o patamar do debate acerca do impacto de hidrelétricas e contribuir para a formulação de políticas públicas que compatibilizem segurança energética e o desenvolvimento sustentável no Brasil.

Palavras-Chave

Direito de energia; Risco; Usina Hidrelétrica; Socioambiental; Sustentabilidade.

Como citar:

TERRIN, Kátia Pastori; NORTE, Janaina Braga. Distribuição desigual dos riscos socioambientais provocados por usinas hidrelétricas. In: VALLE, Vivian Cristina Lima López; BLANCHET, Luiz Alberto. (Orgs.). *Direito, Smart Cities e Tecnologia: Energia, Serviços Públicos, Empreendedorismo e Sustentabilidade*. Curitiba: GRD, 2021. ISBN: 978-65-992732-4-7 DOI: 10.5281/zenodo.4628851

A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL APLICADA NOS SERVIÇOS PÚBLICOS E OS PRINCIPAIS DESAFIOS IMPOSTOS PELA LGPD

THE ARTIFICIAL INTELLIGENCE APPLIED IN PUBLIC SERVICES AND THE MAIN CHALLENGES IMPOSED BY LGPD

MELISSA TRENTO ¹

Tribunal de Contas do Estado do Paraná (Curitiba, Paraná, Brasil)

<https://orcid.org/0000-0003-0055-1673>

melissatrento@gmail.com

RESUMO

A pesquisa tem por escopo apresentar a relação entre a Lei Geral de Proteção de Dados, os serviços públicos e a inteligência artificial. Destaca que a lei apresenta um capítulo exclusivo voltado ao setor público, o que confere inovação normativa em termos de garantia à privacidade e à intimidade aos titulares dos dados pessoais na esfera pública. Enuncia que tal positivação deflagra um marco para a história da Administração Pública no Brasil. A importância ao fato é fundamentada uma vez que demandará efetivas ações e investimentos em tecnologia avançada ao fito de evitar o uso indevido dos dados pessoais coletados, situação anteriormente nunca deparada e imposta por uma regra com tamanho rigor de penalidades e alto nível de detalhamento de exigências. Adotando a metodologia dedutivo-descritiva como ponto de partida, pretende-se apresentar respostas às seguintes questões: a mera previsão de instrumentos normativos garante efetivamente a proteção dos dados do cidadão? A previsão legal é suficiente para assegurar a proteção contra o indevido compartilhamento das informações no âmbito do setor público, especialmente na prestação de serviços públicos? Existe um melhor caminho a ser trilhado com vistas a conferir efetividade à LGPD no setor público? Cogita-se o uso da inteligência artificial para garantir o uso legal e adequado dos dados pessoais nos serviços públicos essenciais e de fundamental importância. Desenvolve-se, mediante apontamentos dos itens necessários, a reflexão de incluir o uso e tratamento seguro dos dados pessoais, com auxílio da tecnologia e da inteligência artificial empregada na prestação de serviços públicos. Considera a indispensabilidade do caráter humano e racional inseridos nas análises e tratamentos de dados

¹ MBA em Compliance e Gestão de Riscos: ênfase em Inovação e Governança (Polis Civitas) e Especialista em Direito Administrativo (UniCuritiba) Tribunal de Contas do Estado do Paraná (Curitiba, Paraná, Brasil) <https://orcid.org/0000-0003-0055-1673> melissatrento@gmail.com

promovidos eletronicamente e automaticamente. Atribui a condição de singularidade aos titulares dos dados e institui regras para o seu salutar uso, visando à proteção das pessoas físicas e dos direitos fundamentais a elas correlatos. Conclui remetendo-se a princípios gerais de conduta e de integridade que devem sustentar a Administração Pública, com fins de mitigar riscos de inconformidades, e assim produzir efeitos concretos à proteção e segurança dos dados pessoais.

Palavras-Chave

Lei Geral de Proteção de Dados; Serviços Públicos; Tecnologia; Inteligência Artificial; Direitos Fundamentais.

Como citar:

TRENTO, Melissa. A inteligência artificial aplicada nos serviços públicos e os principais desafios impostos pela LGPD. In: VALLE, Vivian Cristina Lima López; BLANCHET, Luiz Alberto. (Org.). *Direito, Smart Cities e Tecnologia: Energia, Serviços Públicos, Empreendedorismo e Sustentabilidade*. Curitiba: GRD, 2021. ISBN 978-65-992732-4-7 DOI: 10.5281/zenodo.4628851

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL APLICADA NOS SERVIÇOS PÚBLICOS RUMO AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

ARTIFICIAL INTELLIGENCE APPLIED IN PUBLIC SERVICES TOWARDS THE SUSTAINABLE DEVELOPMENT

CRISTINA BORGES RIBAS MAKSYM ¹

Universidade Federal do Paraná (Curitiba, Paraná, Brasil)

<https://orcid.org/0000-0003-3431-4481>

cristinacbr@hotmail.com

RESUMO

A análise dos impactos da inteligência artificial no Direito trata-se de um debate atual e constante, sendo a inovação em regra tratada como um “símbolo do refinamento conceitual” da sociedade informacional do século XXI. De fato, a ciência da computação pode auxiliar no manejo de volumes gigantescos de dados, de um lado protegendo os dados sensíveis, e de outro auxiliando na tomada de decisão pública que vá além da mera análise reducionista monetária de custo-benefício e atinja, portanto, níveis aceitáveis de eficiência. Porém, essa novidade não deve ser vista como um grande oráculo que não se sujeita a interpretações equivocadas, uma vez que (i) a inteligência artificial não consegue fazer análises de valor, o que é relevante para a ciência do Direito que não admite interpretação mecânica e exegética da lei, (ii) as estatísticas artificiais tratam de correlações (se A então B) e não de causalidades (se A deve ser B), o que também prejudica leituras jurídicas, e por fim (iii) as estatísticas artificiais também podem “mentir”, preocupação que não é irrelevante dentro de um cenário de pós-verdade. A par disso, o objetivo da presente pesquisa consiste em analisar se o Estado brasileiro tem iniciativas de regulação dessa tecnologia, além de verificar as expectativas de sua aplicação nos serviços públicos. A metodologia utilizada foi num primeiro momento a revisão bibliográfica e a hipótese central é de que apesar das iniciativas setoriais e esparsas, a inteligência artificial não tem sido uma prioridade no Estado brasileiro, seja este visto como um Estado-regulador, seja este observado sob um viés de Estado-social. Em razão da verificação da omissão estatal em regular esta tecnologia, fundamenta-se pela necessidade da normatização à luz do princípio da

¹ Mestra em Direito do Estado (UFPR-2019). Possui graduação em Direito (2006) e especialização em Direito Ambiental (2015), ambos pela Universidade Federal do Paraná. Técnica em Contabilidade pela Escola Técnica da Universidade Federal do Paraná (1999). Advogada desde 2007, com experiência nas áreas de Direito Ambiental, Administrativo e Civil

precaução. Quanto ao uso da inteligência artificial nos serviços públicos, constatou-se que apesar da sua aplicação em certa escala, esta ocorre de forma setORIZADA, sem capacitação dos servidores e sem coordenação ou planejamento central, sendo imprescindível uma correção no foco, rumo à concretização dos objetivos de desenvolvimento sustentável.

Palavras-Chave

inteligência-artificial; regulação, princípio da precaução; serviços-públicos; desenvolvimento sustentável.

Como citar:

MAKSYM, Cristina Borges Ribas. Inteligência artificial aplicada nos serviços públicos rumo ao desenvolvimento sustentável. In: VALLE, Vivian Cristina Lima López; BLANCHET, Luiz Alberto. (Orgs.). *Direito, Smart Cities e Tecnologia: Energia, Serviços Públicos, Empreendedorismo e Sustentabilidade*. Curitiba: GRD, 2021. ISBN: 978-65-992732-4-7 DOI: 10.5281/zenodo.4628851

A UTILIZAÇÃO DA TECNOLOGIA COMO FORMA DE DESBUROCRATIZAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS: PERSPECTIVAS E DESAFIOS À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

*THE USE OF TECHNOLOGY AS A WAY TO DEBUROCRATIZE PUBLIC
SERVICES: PERSPECTIVES AND CHALLENGES TO PUBLIC
ADMINISTRATION*

CHAIENE MEIRA DE OLIVEIRA ¹

Universidade de Santa Cruz do Sul (Santa Cruz do Sul,
Rio Grande do Sul, Brasil)

<https://orcid.org/0000-0001-5439-3442>
chaienemo@outlook.com

DEVILSON DA ROCHA SOUSA ²

Universidade do Minho (Minho, Braga, Portugal)

<https://orcid.org/0000-0002-1261-6019>
devilsonsousa@hotmail.com

RESUMO

O uso da tecnologia para o desempenho das mais diversas atividades passou a ser uma realidade presente na vida da quase totalidade da população. Com os avanços vivenciados nos últimos anos e com a democratização e facilitação do acesso a novas ferramentas tecnológicas, tem sido possível a execução de um número maior de atividades em um menor espaço de tempo e com um maior ganho de eficiência, além da redução de custos com material e pessoal. Como não poderia deixar de ser, esta nova realidade também tem impactado significativamente no âmbito da administração pública. São inúmeras as ferramentas e ações que tem sido empregadas com vias a dar maior celeridade e eficiência para o desempenho das atividades de entes e órgãos estatais, sem, contudo, se deixar a largo as premissas basilares da administração pública e

¹ Advogada inscrita na OAB/RS com o nº 116.273. Doutoranda em Direito na Universidade de Santa Cruz do Sul com bolsa CAPES. Mestra em Direito na UNISC na linha de pesquisa Constitucionalismo Contemporâneo com bolsa CAPES. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5439-3442>. E-mail: chaienemo@outlook.com

² Advogado, inscrito na OAB/PR 88.978. Mestre em Direito Constitucional pela Universidade de Santa Cruz do Sul e em Direito da União Europeia pela Universidade do Minho. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1261-6019>. E-mail: devilsonsousa@hotmail.com

seus princípios norteadores. Apesar disso, a convivência entre estas inovações e avanços possibilitados pela tecnologia e os ditames públicos não tem sido fácil e está longe de ser harmônico, havendo mesmo aqueles que veem com maior ceticismo a possibilidade da tecnologia moldar a forma como o Estado desempenha e desenvolve suas atividades. Diante deste cenário, de maiores incertezas que clarezas, o presente estudo buscará investigar a forma como a administração pública tem se valido da tecnologia para melhorar ou ressignificar suas atividades e ações. Neste sentido, se buscará responder a seguinte pergunta: Como a tecnologia pode ser utilizada de modo a desburocratizar a atuação da administração pública? Como objetivo geral se buscará analisar de que modo e em que medida a utilização da tecnologia pode ser efetiva na garantia de maior desburocratização e eficiência dos serviços públicos. Já em relação aos objetivos específicos se buscará descrever a estruturação da administração pública brasileira de modo a se identificar quais os malefícios causados pela burocratização além de se investigar os reflexos da tecnologia na desburocratização dos serviços públicos e apontar seus desafios e perspectivas. Para responder aos questionamentos eleitos na presente pesquisa, se fará uso do método de abordagem dedutiva, com procedimento monográfico e técnicas de pesquisa resumida em consulta a bibliografia. Como resultados preliminares encontrados até o momento, pode-se constatar que a tecnologia se apresenta como a maior ferramenta no que se refere a desburocratização, otimização dos serviços, redução de custos e aumento da eficiência nos serviços públicos. Além disso, facilita o controle das atividades realizadas no âmbito da administração pública, bem como possibilita a visualização das etapas de realização dos serviços. Entretanto, os maiores desafios para a aplicação de mais tecnologia em âmbito estatal se encontram na dificuldade de implementação e nas limitações que impossibilitam o acesso universal a todas as camadas da sociedade.

Palavras-Chave

Administração Pública; Direito Administrativo; Inovação; Tecnologia; Serviços Públicos.

Como citar:

OLIVEIRA, Chaiene Meira de; SOUSA, Devilson da Rocha. A utilização da tecnologia como forma de desburocratização dos serviços públicos: perspectivas e desafios à administração pública. In: VALLE, Vivian Cristina Lima López; BLANCHET, Luiz Alberto. (Orgs.). *Direito, Smart Cities e Tecnologia: Energia, Serviços Públicos, Empreendedorismo e Sustentabilidade*. Curitiba: GRD, 2021. ISBN: 978-65-992732-4-7 DOI: 10.5281/zenodo.4628851

BOLSA DE ENERGIA “ENERGY EXCHANGE”

ENERGY SUBSIDY “ENERGY EXCHANGE”

EDUARDO IWAMOTO ¹

Pontifícia Universidade Católica do Paraná (Curitiba, Paraná, Brasil)

<https://orcid.org/0000-0003-1215-9978>

eduardo_iwamoto@yahoo.com.br

RESUMO

Nos últimos dez anos o Brasil tem sofrido com longos períodos de estiagem, fato inédito em mais de 70 anos de monitoramento da vazão hídrica nacional. Tal condição revelou algumas fragilidades da matriz energética que são indiferentes à crise hídrica, pois utiliza um modelo computacional para promover o controle de inserção de energia elétrica no sistema e estabelece o preço da energia no mercado de curto prazo, denominado de Preço de Liquidação das Diferenças - PLD. A estiagem obriga o Operador Nacional do Sistema – ONS, entidade responsável por controlar o fluxo de energia elétrica no sistema, a recorrer à geração térmica, muito mais cara que a energia de fonte hídrica. Problemas como alta volatilidade do PLD, que repercute na fragilidade de mecanismos de liquidez de contratos de compra e venda de energia elétrica no mercado livre, tem causado contaminação sistêmica e prejuízos aos agentes. A falta de liquidez desses contratos gera instabilidade no mercado livre. Se por um lado o MME imprime esforços para viabilizar um mercado livre de energia, a desconfiança por outro lado é um caminho em outra direção. O objetivo do presente trabalho é debater a viabilidade de implementação de uma bolsa de energia elétrica, analisando os benefícios em relação à robustez e segurança dos negócios jurídicos através dos mecanismos existentes no mercado financeiro. O primeiro resultado da pesquisa foi a conclusão que os contratos negociados no mercado livre possuem características financeiras muito próximas aos derivativos negociados em bolsa de valores, facilitando a implementação de um mercado a termo, com objetivo de criar padrões de contratos de energia e dar sinais claros de precificação. Outro resultado foi a análise de operações de hedge, adotados em bolsa de valores, como por exemplo: câmara de compensação e liquidação; derivativos, arbitragem, swap e opções. Tais operações financeiras podem trazer mais segurança às negociações, afastando risco de iliquidez e melhorando as garantias de entrega física de energia elétrica. Concluiu-se que uma bolsa de

¹ Mestre, doutorando, Pontifícia Universidade Católica do Paraná, <https://orcid.org/0000-0003-1215-9978>, eduardo_iwamoto@yahoo.com.br

energia já está em rota de implementação. As discussões do Grupo de Trabalho de Modernização do Setor, promovido pelo Ministério de Minas e Energia – MME, tem avançado nesse sentido. Iniciativas de entidades privadas como a Brasil, Bolsa e Balcão - B3 e o Balcão Brasileiro de Comercialização de Energia - BBCE, com propostas de prestação de serviços vinculados a derivativos. Ainda há muito a ser discutido, pois algumas reformas no marco legal e no âmbito regulatório devem ser implementadas para trazer mais segurança e previsibilidade aos operadores do mercado de energia.

Palavras-Chave

Bolsa de Energia; Mercado Livre de Energia; Derivativos; Liquidez; Contabilização.

Como citar:

IWAMOTO, Eduardo. Bolsa de energia “energy exchange”. In: VALLE, Vivian Cristina Lima López; BLANCHET, Luiz Alberto. (Orgs.). *Direito, Smart Cities e Tecnologia: Energia, Serviços Públicos, Empreendedorismo e Sustentabilidade*. Curitiba: GRD, 2021. ISBN: 978-65-992732-4-7 DOI: 10.5281/zenodo.4628851

A IMPLEMENTAÇÃO DE SMART CITIES NO CONTEXTO DA PANDEMIA DA COVID-19: A PROTEÇÃO DE DADOS DOS CIDADÃOS BRASILEIROS

THE IMPLEMENTATION OF SMART CITIES IN THE CONTEXT OF THE PANDEMIC OF COVID-19: DATA PROTECTION OF BRAZILIAN CITIZENS

THAIRONE DE Sousa PAIVA ¹

Universidade Federal do Rio Grande do Norte (Natal, Rio Grande do Norte, Brasil)

<https://orcid.org/0000-0003-0882-8227>
thaironepaiva@gmail.com

PATRICIA BORBA VILAR GUIMARAES ²

Universidade Federal do Rio Grande do Norte (Parnamirim, Rio Grande do Norte, Brasil)

<https://orcid.org/0000-0001-9130-3901>
patriciaborb@gmail.com

RESUMO

Uma cidade inteligente é caracterizada por ser um fenômeno contemporâneo do urbanismo de inserção de cidadãos a um modo de viver com qualidade de vida e baseado no desenvolvimento sustentável. Esse modo de viver exige a atuação do Estado, a participação popular, as parcerias público-privadas e uma governança sustentável para que seja possível aplicar sua definição na área

¹ Direito na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Pesquisador nas áreas de Direito da Internet, Direito do Consumidor e Direito Notarial e Registral. Estagiário no 2º Juizado Especial Cível da Comarca de Natal do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte (TJRN). Possui formação Técnica em Informática pelo Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN)

² Direito pela Universidade Estadual da Paraíba. Tecnóloga em Processamento de Dados pela Universidade Federal da Paraíba; Mestra em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Mestra pelo Programa Interdisciplinar em Ciências da Sociedade, na área de Políticas Sociais, Conflito e Regulação Social, pela Universidade Estadual da Paraíba. Doutora em Recursos Naturais pela Universidade Federal de Campina Grande. É Advogada e Professora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, no Departamento de Direito Processual e Propedêutica (DEPRO). Líder da Base de pesquisa em Direito e Desenvolvimento (UFRN). Docente vinculada ao Programa de Pós-graduação em Direito (UFRN-) e ao Programa de Pós-graduação em Gestão de Processos Institucionais (UFRN-Mestrado Profissional). Membro do *European Law Institute* (ELI).

urbana de um determinado território. Entretanto, em face da inserção de novas tecnologias que têm como instrumento principal a coleta e o tratamento de dados pessoais de seus usuários, implementar uma cidade inteligente exige também domínio sobre as normativas que versam sobre os meios de coleta, tratamento e proteção de dados pessoais. Deste modo, a presente pesquisa tem como objetivo analisar a definição e a estrutura de uma *smart city* sob a ótica das normativas nacionais sobre tutela de dados pessoais, suscitando discussões acerca das permissões e dos limites dados pelo legislador no contexto de implementação de uma cidade inteligente no Brasil na conjuntura da pandemia da COVID-19. A pesquisa adota o método hipotético dedutivo, em razão da construção de conjecturas baseadas na hipótese de implementação de *smart cities* durante a pandemia da COVID-19 em território brasileiro em face das normativas de proteção de dados pessoais vigentes no país, bem como utiliza a pesquisa bibliográfica para explorar todos os conceitos relevantes para a elaboração da hipótese de adoção do modelo de *smart city* no Brasil durante a conjuntura pandêmica. Sabe-se que a estrutura de implementação de uma cidade inteligente no país deve garantir, ao Estado e às instituições de Direito Privado, devida adequação do modelo de cidade às práticas que visam a tutela de dados pessoais, sobretudo em razão da necessidade de garantir aos seus cidadãos a proteção do direito fundamental da inviolabilidade da intimidade e a vida privada dos indivíduos. O desenvolvimento de uma cidade inteligente no contexto da pandemia da COVID-19 exige que todas as necessidades dos seus usuários, desde o consumo de bens e serviços à devida prestação de serviços de saúde, estejam disponíveis no modelo urbano da cidade, fato que muitas vezes enseja a coleta e distribuição de dados sensíveis para sua efetivação. O caso de uso de aplicativos de monitoramento do quadro clínico dos cidadãos com tecnologia de geolocalização, por exemplo, ilustra um exemplo prático de coleta e distribuição de dados sensíveis dos indivíduos pelo Estado e por órgãos privados. Portanto, a adoção de medidas de coleta, tratamento e anonimização de dados pessoais, quando necessárias para o desenvolvimento e execução da cidade inteligente, deve seguir as regras previstas na Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), mormente em virtude da real projeção do uso de dados sensíveis dos indivíduos, cenário que, sem a devida adequação às normas legais, pode gerar inúmeros prejuízos para os usuários da *smart city*.

Palavras-Chave

Direito urbanístico; Cidades inteligentes; Proteção de dados; Desenvolvimento sustentável; Direito digital.

Como citar:

PAIVA, Thairone se Sousa; GUIMARAES, Patricia Borba Vilar. A implementação de *smart cities* no contexto da pandemia da COVID-19: a proteção de dados dos cidadãos brasileiros. In: VALLE, Vivian Cristina Lima López; BLANCHET, Luiz Alberto. (Orgs.). *Direito, Smart Cities e Tecnologia*: Energia, Serviços Públicos, Empreendedorismo e Sustentabilidade. Curitiba: GRD, 2021. ISBN: 978-65-992732-4-7 DOI: 10.5281/zenodo.4628851

PLATAFORMAS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS E SISTEMA DE JUSTIÇA BRASILEIRO PÓS-COVID 19*

ONLINE DISPUTE RESOLUTION AND BRAZILIAN JUSTICE SYSTEM AFTER COVID 19

FERNANDA BRAGANÇA ¹

Fundação Getúlio Vargas (Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil)
<https://orcid.org/0000-0003-1287-3338>
nandabra14@gmail.com

JULIANA LOSS DE ANDRADE ²

Fundação Getúlio Vargas (Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil)
<https://orcid.org/0000-0003-3075-659x>
julianaloss@yahoo.com.br

RESUMO

Diversos estudos com o objetivo de apontar algumas projeções para o sistema de justiça pós-Covid-19 no mundo. Os especialistas parecem concordar que o modelo de Justiça pré pandemia coronavírus não responde de forma ágil, flexível, acessível e economicamente adequada às demandas da sociedade pós-pandemia. Este contexto emergente cria um terreno ainda mais propício ao

* As autoras receberam Menção Honrosa pela pesquisa segundo a avaliação da Comissão Científica do Seminários de Integração do PPGD/PUCPR 2021 e ficaram em segundo lugar na lista de melhores comunicações científicas apresentadas.

¹ Doutoranda no Programa de Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense – UFF. Pesquisadora visitante na *Université Paris I Panthéon-Sorbonne*. Mestre em Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ/FND, com financiamento do CENPES/PETROBRÁS. Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ/FND. Graduada em Administração de Empresas pela Universidade Cândido Mendes /UCAM. Advogada Colaborativa capacitada pelo Instituto Brasileiro de Práticas Colaborativas.

² Professora de Negociação, Mediação e Arbitragem. Coordenadora Técnica do Núcleo de Mediação da Fundação Getúlio Vargas. Doutoranda em Direito Privado pela *Université Paris I Panthéon-Sorbonne*. Mestre em Direito Público pela Universidade Carlos III de Madrid. Especialista em Mediação pela Universidade Carlos III de Madrid e em Direito Público pela Universidade Federal do Espírito Santo – UFES. Presidente da Comissão de mediação e arbitragem da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-ES). Membro do Instituto Alonso Martinez de Justiça e Litigância. Mediadora e Pesquisadora na área cível, processual e empresarial internacional, com ênfase em Métodos Alternativos de Resolução de Conflitos e Acesso à Justiça.

desenvolvimento de soluções extrajudiciais baseadas na auto composição. O período também foi marcado por projetos pilotos no âmbito dos tribunais brasileiros com o intuito de conferir maior celeridade e efetividade ao tratamento das demandas decorrentes desta conjuntura de crise sanitária através do uso de métodos consensuais. A tecnologia foi um elemento fundamental neste momento, pois possibilitou que as sessões de negociação, mediação e conciliação ocorressem através de videoconferência. Ressalta-se que o desafio daqui para frente consiste em promover a integração de plataformas de solução de conflitos com os sistemas dos tribunais, assim como a automação do maior número de etapas possíveis nessas plataformas. O objetivo deste estudo é analisar como esta integração está sendo projetada no Brasil, tendo em vista a publicação da resolução n. 358 de 2020 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) que regulamentou a criação de soluções tecnológicas para a resolução de conflitos pelo Poder Judiciário por meio da conciliação e mediação. Esta resolução estabelece que os tribunais terão o prazo de 18 meses para disponibilizar aos seus usuários um sistema informatizado para a composição entre as partes. Esta determinação entende como insuficientes as medidas adotadas até então que se apoiam em aplicativos de vídeo e áudio para interação entre as partes e exige a disponibilização de plataformas que podem ser desenvolvidas pela própria equipe interna dos tribunais quanto por empresas ou outras instituições e que contemplem, pelo menos, as seguintes funcionalidades: cadastro das partes (pessoas físicas e jurídicas) e seus representantes; integração com o cadastro nacional de mediadores e conciliadores do CNJ (CONCILIAJUD); cadastro de casos extrajudiciais; integração com o sistema processual eletrônico do tribunal ou desenvolvimento em plataforma de interoperabilidade; sincronização de agendas/agendamento e geração de atas e termos de forma automatizada. Este tema é relevante na medida em que, neste instante, muitas dúvidas ainda pairam acerca das disposições desta regulamentação e os tribunais estão em vias de escolher qual sistema irão utilizar. Dessa maneira, o aprofundamento sobre o assunto se revela urgente e necessário ao avanço das discussões acerca do futuro do sistema de justiça em nosso país.

Palavras-Chave

Justiça; mediação e conciliação; plataformas de solução de conflitos; *online dispute resolution*; automatização.

Como citar:

BRAGANÇA, Fernanda; ANDRADE, Juliana Loss de. Plataformas de solução de conflitos e sistema de justiça brasileiro pós-COVID-19. In: VALLE, Vivian Cristina Lima López; BLANCHET, Luiz Alberto. (Orgs.). *Direito, Smart Cities e Tecnologia: Energia, Serviços Públicos, Empreendedorismo e Sustentabilidade*. Curitiba: GRD, 2021. ISBN: 978-65-992732-4-7 DOI: 10.5281/zenodo.4628851

O ELEITOR E A INFLUÊNCIA DOS BOTS SOCIAIS: UMA CONTRIBUIÇÃO DA ECONOMIA COMPORTAMENTAL

*THE ELECTOR AND THE INFLUENCE OF SOCIAL BOTS:
A CONTRIBUTION OF THE BEHAVIORAL ECONOMICS*

LUIS GUILHERME BADOTTI LINHARES ¹

Pontifícia Universidade Católica do Paraná (Curitiba, Paraná, Brasil)

<http://lattes.cnpq.br/3044910934176809>

LGBadotti@hotmail.com

DANNA CATHARINA MASCARELLO LUCIANI ²

Pontifícia Universidade Católica do Paraná (Curitiba, Paraná, Brasil)

<https://orcid.org/0000-0003-3456-4245>

dannacml@hotmail.com

RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo geral analisar como a participação de *bots* sociais nos debates políticos virtuais altera o processo de escolha dos cidadãos. Por meio do método dedutivo, com aplicação da Análise Econômica do Direito focada na Economia Comportamental, parte-se (i) da análise dos *bots*: softwares que interagem com usuários nas redes sociais de modo autônomo; e (ii) da compreensão dos modos de uso de impulsionamentos por interação ou pago de publicações para alteração do comportamento do eleitor. Pretende-se, com isso, averiguar o impacto e lógica de funcionamento desses influenciadores de comportamento pelos conceitos dos vieses e das heurísticas, explorados pela Economia Comportamental, fazendo-se a necessária distinção dessas manobras de moldagem comportamental e dos *nudges*, uma vez que aquelas nem ao menos concedem opção ao indivíduo por reduzir suas possibilidades de interação com meios externos e divergentes. O processo democrático subsiste na ideia de uma participação cidadã livre e igual. Com o impulsionamento da utilização das plataformas digitais nas diversas áreas de convivência social, as

¹ Acadêmico do Curso de Direito (PUCPR). Membro do Grupo de Estudos em Análise Econômica do Direito da PUCPR (GRAED). E-mail: LGBadotti@hotmail.com

² Mestranda em Direito Econômico e Desenvolvimento pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (Bolsista PROEX). Graduada em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR). Membro do Grupo de Estudos em Análise Econômica do Direito (GRAED). E-mail: dannacml@hotmail.com

redes sociais digitais passaram a apresentar-se como ambiente para os debates políticos e compartilhamento de informações. Entretanto, em razão da natureza de compartilhamento, as plataformas estão sujeitas ao excessivo viés ideológico enraizado nas informações compartilhadas, situação agravada pela proliferação de notícias falsas. Além disso, esses ambientes virtuais também contribuem com a manipulação e aproveitamento das formas pelas quais as informações podem ser apresentadas ao público; o que, segundo a Economia Comportamental, que ocupa-se do estudo de como os seres humanos tomam suas decisões, interfere no processo de escolha de seus expectadores. Assim, tem-se que a Economia Comportamental se formou em oposição ao pensamento neoclássico, que acreditava ser intrínseco à natureza humana a necessidade de se atribuir uma utilidade, fixada entre os extremos da dor e do prazer, a cada bem existente em sua vida. A *behavioral economics* surge então a partir das críticas feitas a essa percepção da racionalidade perfeita e irrestrita, e passa a analisar que o homem pode ser visto como refém de diversas limitações cognitivas. Ainda, o processo de escolha está sujeito aos vieses e heurísticas: atalhos cognitivos que simplificam e agilizam a tomada de decisão. Entre os vieses e heurísticas, cabe destacar a heurística da ancoragem e o viés confirmatório: a ancoragem diz respeito ao apego a um valor inicial a partir do qual as percepções serão ajustadas, enquanto o viés confirmatório trata da tendência dos indivíduos a buscar informações que corroborem suas crenças e de descartar as que refutem essas hipóteses. Além disso, o processo decisório também é alterado pela forma como as questões são apresentadas ao indivíduo – *framing*. Desse modo, a depender da forma como o conteúdo é apresentado ao indivíduo, a decisão será diversa. A partir disso, a presente pesquisa apresenta como conclusão preliminar que a limitação das opções dos eleitores por meio de comportamento obscuro – como a utilização de algoritmo nas redes sociais – acaba por enfraquecer a participação cidadã no processo democrático e concretiza-se como verdadeira ameaça à democracia como um todo.

Palavras-Chave

Democracia; *Bots* Sociais; Economia Comportamental; Debates Políticos; *Nudges*.

Como citar:

LINHARES, Luis Guilherme Badotti; LUCIANI, Danna Catharina Mascarello. O eleitor e a influência dos bots sociais: uma contribuição da economia comportamental. In: VALLE, Vivian Cristina Lima López; BLANCHET, Luiz Alberto. (Orgs.). *Direito, Smart Cities e Tecnologia: Energia, Serviços Públicos, Empreendedorismo e Sustentabilidade*. Curitiba: GRD, 2021. ISBN: 978-65-992732-4-7 DOI: 10.5281/zenodo.4628851

SERVIÇOS PÚBLICOS E O PAPEL DOS MUNICÍPIOS PARA CONCRETIZAÇÃO DAS CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS*

PUBLIC SERVICES AND THE ROLE OF MUNICIPALITIES IN CONCRETEING CITIES AND SUSTAINABLE COMMUNITIES

RODRIGO MACIEL CABRAL ¹

Pontifícia Universidade Católica do Paraná (Curitiba, Paraná, Brasil)
<https://orcid.org/0000-0003-1837-6121>
rmacielcabral@gmail.com

CECILIA DE AGUILAR LEINDORF ²

Pontifícia Universidade Católica do Paraná (Curitiba, Paraná, Brasil)
<http://lattes.cnpq.br/965974894315717>
cecilia.leindorf@gmail.com

RESUMO

Esta pesquisa visa à análise da atuação dos entes municipais no tocante à concretização do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável número 11 proposto pela ONU (Cidades e Comunidades Sustentáveis). A metodologia utilizada é hipotético-dedutiva, por intermédio de análise bibliográfica de produções nacionais, internacionais, englobando pesquisas científicas e legislações sobre o tema. A partir da identificação de problemas sociais e, com o intuito de reduzir

* Os autores receberam Menção Honrosa pela pesquisa segundo a avaliação da Comissão Científica do Seminários de Integração do PPGD/PUCPR 2021 e ficaram em terceiro lugar na lista de melhores comunicações científicas apresentadas.

¹ Bacharel em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUCPR; Pesquisador membro do Núcleo de Pesquisa em Políticas Públicas e Desenvolvimento Humano - NUPED/PUCPR; Pesquisador membro do Grupo de Estudos em Serviços Públicos e Administração Pública Digital – GESPAD/PUCPR; Pós-graduando em Direito Administrativo pelo Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar; Pós-graduando em Licitações e Contratos Administrativos pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR; Advogado e Consultor.

² Mestranda em Direito na PUCPR; Especialista em Direito Civil e Empresarial pela PUCPR (2019/2020); Bacharel em Direito pela PUCPR, laureada com o Prêmio Marcelino Champagnat – 2018; Membro pesquisadora do Grupo de Estudos em Serviços Públicos e Administração Pública Digital - GESPAD/PUCPR; Advogada no escritório Braz Campos Advogados.

desigualdades, a Organização das Nações Unidas desenvolveu os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, propondo uma agenda de implementação de políticas públicas baseadas em 17 objetivos a serem alcançados até o ano de 2030. Dentre eles, o de número 11 trata sobre tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis, elencando metas e indicadores para atingir o objetivo principal. Analisando-se a implementação dos indicadores nas diferentes esferas do modelo federalista no caso do Brasil, verifica-se que há dificuldades de acesso e de desenvolvimento das metas a nível municipal, tendo em vista a inexistência de condições dos municípios em promover o desenvolvimento local. Considerando-se que o serviço público – enquanto prestado sob um regime adequado e elevado à categoria de garantia fundamental com base no texto constitucional – tem o intuito de colaborar para a salvaguarda de uma existência digna, faz-se necessária a promoção da igualdade nas diferentes esferas do Poder Público da União, Estados e Municípios. Ao passo que os Municípios podem contribuir com a identificação de problemas sociais daquela localidade e, inclusive, propor as soluções adequadas, possuem papel de destaque na promoção do desenvolvimento sustentável e redução das desigualdades. Por outro lado, os Municípios brasileiros dependem de verbas externas, provenientes dos Estados e da União para sua manutenção e desenvolvimento. Considerando-se que a promoção dos serviços públicos e implementação de políticas públicas norteados pelo atingimento dos ODS exigem uma prestação positiva dos entes, apesar dos Municípios serem os principais propulsores dos assentamentos humanos sustentáveis e inclusivos, a concretização do ODS 11 depende diretamente dos outros Entes. Assim sendo, a pretensão de fazer as cidades inclusivas, sustentáveis, seguras e resilientes depende da compreensão de que o modelo constitucional é de federalismo cooperativo, afastando-se políticas de governo que reproduzem independência absoluta entre os Entes Federados. Há de se considerar que a propositura dos ODS não altera, de pronto, a realidade social. À medida que se afasta o problema do desenho normativo em si, o empecilho se concretiza à nível de execução dos poderes instituídos, sendo necessário revisitar o modelo cooperativo, bem como implementar uma das obrigações da própria agenda 2030, que afirma a necessidade de coordenação das ações conjuntamente.

Palavras-Chave

Serviços Públicos; Municípios; Objetivos do Desenvolvimento Sustentável; Agenda 2030; Federalismo Cooperativo.

Como citar:

CABRAL, Rodrigo Maciel; LEINDORF, Cecilia de Aguilar. Serviços públicos e o papel dos municípios para concretização das cidades e comunidades sustentáveis. In: VALLE, Vivian Cristina Lima López; BLANCHET, Luiz Alberto. (Orgs.). *Direito, Smart Cities e Tecnologia: Energia, Serviços Públicos, Empreendedorismo e Sustentabilidade*. Curitiba: GRD, 2021. ISBN: 978-65-992732-4-7 DOI: 10.5281/zenodo.4628851

A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, A INTERDISCIPLINARIDADE E VIABILIDADE DURANTE O COVID-19: UMA RELAÇÃO TRANSFORMADORA ENTRE UNIVERSIDADE E SOCIEDADE

*UNIVERSITY EXTENSION, INTERDISCIPLINARITY AND FEASIBILITY
DURING COVID-19: A TRANSFORMING RELATIONSHIP BETWEEN
UNIVERSITY AND SOCIETY*

PAULA CALDAS BROGNOLI ¹

Universidade Tecnológica Federal do Paraná (Curitiba, Paraná, Brasil)
<https://orcid.org/0000-0001-7296-6400>
mariadias@professores.utfpr.edu.br

MARIA SARA DE LIMA DIAS ²

Universidade Tecnológica Federal do Paraná (Curitiba, Paraná, Brasil)
<https://orcid.org/0000-0003-3217-557X>
paulabrognoli@alunos.utfpr.edu.br

RESUMO

O estudo tem como objetivo identificar e analisar a importância na construção da extensão universitária e o seu fortalecimento como instrumento de política pública. A extensão universitária tem logrado, ao longo da última década, consolidar-se enquanto espaço de aprendizagem reconhecido institucionalmente, superando a distância entre os saberes da academia e populares. Com o avanço da pandemia, causada pelo novo coronavírus, o projeto de extensão universitário se aproxima da sociedade e assume um papel importante no desenvolvimento da responsabilidade social universitária. As ações possíveis e viáveis da extensão devem levar a informação científica para as comunidades do entorno. Assim, através de plataformas digitais e aparatos tecnológicos, com a orientação de docentes e contribuição dos discentes, projetos e atividades de extensão tiveram um papel preponderante no ensino.

¹ Professora da Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR, doutora com estágio de pós-doutorado em Psicologia pela Universidade Autônoma de Barcelona. Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Sociedade - PPGTE. Líder do Grupo de pesquisa Laboratório TUTOR – Tecnologia Trabalho e Orientação. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7296-6400> e-mail: mariadias@professores.utfpr.edu.br

² Aluna pesquisadora em estágio de Iniciação Científica, bolsista no Projeto TUTOR - Tecnologia Trabalho e Orientação. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3217-557X> e-mail: paulabrognoli@alunos.utfpr.edu.br

Ao reinventar as práticas extensionistas diante do desafiador cenário de isolamento social causado pela pandemia do novo vírus corona. A extensão articula com o ensino através de atividades que evidenciam a importância das universidades públicas com a formação profissional e cidadã dos discentes e o favorecimento do conhecimento nelas produzido para servir a sociedade. A pandemia foi reflexiva e permitiu a compreensão da extensão universitária que traduz e amplia seu compromisso com a sociedade por meio de um processo de aprendizagem interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre a universidade e a sociedade. O aporte metodológico, através da pesquisa exploratória em bases de dados, plataforma Scielo e Google acadêmico, e se apoia em uma abordagem qualitativa de pesquisa que analisa as intervenções realizadas pelo Projeto do Labtur, em sua práxis comunitária. Como resultados observou adaptação de projetos de extensão universitária no apoio ao ensino remoto, integrando o ensino a pesquisa e a extensão. Sendo a utilização do ensino remoto emergencial e a importante colaboração na formação dos estudantes. Conclui-se da importância em estimular atividades de Extensão cujo desenvolvimento implique relações multi, inter e ou transdisciplinares e interprofissionais de setores da Universidade e da sociedade. A extensão universitária no estado de exceção em que vivemos pode ser uma forma de enfrentar a crise política, econômica e social que o Brasil vivencia no momento. A universidade com sua dinâmica própria deve mobilizar ações de extensão como as realizadas pelo projeto LABTUTOR para a promoção da autonomia e da participação social de nossos alunos. A pandemia do COVID-19 tem seus efeitos sobre a atividade de extensão é preciso viabilizar seu alcance no trabalho social e comunitário. A autonomia universitária pode contribuir para o exercício da cidadania e da democratização da vida bem como para formar redes colaborativas com a participação comunitária dos atores sociais, incentivando, inclusive, não só o direito à educação, mas também ao direito à saúde pública nesta situação emergencial em que vivemos.

Palavras-Chave

extensão universitária; COVID-19; interdisciplinaridade; ferramentas tecnológicas; educação remota.

Como citar:

BROGNOLI, Paula Caldas; DIAS, Maria Sara de Lima. A extensão universitária, a interdisciplinaridade e viabilidade durante o COVID-19: uma relação transformadora entre universidade e sociedade. In: VALLE, Vivian Cristina Lima López; BLANCHET, Luiz Alberto. (Orgs.). *Direito, Smart Cities e Tecnologia*: Energia, Serviços Públicos, Empreendedorismo e Sustentabilidade. Curitiba: GRD, 2021. ISBN: 978-65-992732-4-7 DOI: 10.5281/zenodo.4628851

A REVOLUÇÃO 4.0 ENQUANTO CATALISADORA DA TRANSFORMAÇÃO DIGITAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA

REVOLUTION 4.0 AS CATALYSTING THE DIGITAL TRANSFORMATION OF BRAZILIAN PUBLIC ADMINISTRATION

SAULO CAPELARI JUNIOR ¹

Centro Universitário Toledo (Araçatuba, São Paulo, Brasil)

<https://orcid.org/0000-0003-3241-7698>

saulo.capelari@hotmail.com

RENATO ALEXANDRE DA SILVA FREITAS ²

Centro Universitário Toledo (Araçatuba, São Paulo, Brasil)

<https://orcid.org/0000-0003-3239-9637>

renatoasfreitas@hotmail.com

RESUMO

Durante a existência humana, observou-se que uma “Revolução” constitui uma brusca e profunda transformação, onde novas tecnologias e novas formas de perceber o mundo culminam inexoravelmente em acentuadas modificações de cunho social, político e econômico. Pois bem, a Quarta Revolução Industrial representa um processo de criação e adequação de inovações tecnológicas caracterizadas principalmente por sua disruptividade. Com efeito, a sociedade em seus mais variados setores, como a indústria, o setor alimentício, de transporte de pessoas/objetos/documentos, dentre outros, tem suportado os efeitos dessas transformações. Nesse sentido, o setor público, graças às oportunidades conferidas por esse processo evolutivo, deu-se início à digitalização da Administração Pública. De maneira geral, objetivou-se averiguar a extensão dos impactos exercidos pela Revolução 4.0 sobre o processo de aprimoramento tecnológico da Administração Pública no Brasil. Para tanto, especificamente, almejou-se compreender o que é esta Quarta Revolução, bem

¹ Graduando em Direito pelo Centro Universitário Toledo – UniToledo Araçatuba/SP. Orcid-ID: <https://orcid.org/0000-0003-3241-7698>. E-mail: saulo.capelari@hotmail.com

² Doutor em Ciências Jurídicas (UENP – Universidade Estadual do Norte do Paraná). Coordenador do Curso de Direito do Centro Universitário Toledo – UniToledo - Araçatuba/SP. e-mail: renatoasfreitas@hotmail.com

como a extensão de seus impactos na atual conjuntura social. Em um segundo momento, buscou-se assimilar como os efeitos dessa onda revolucionária tem alcançado o Poder Público brasileiro. Parcialmente, concluiu-se que, as Revoluções Industriais são momentos históricos onde há a inserção de novas tecnologias na comunidade, além de imprimir melhorias ou adequações aos *modus operandi* de determinados afazeres, sejam eles pessoais, acadêmicos ou laborais. A Revolução 4.0 é o resultado de suas predecessoras, pois diante da fluidez da internet, do acelerado desenvolvimento característico dos dias atuais e das enormes quantidades de dados produzidos instantaneamente, tornou-se possível o desenvolvimento de tecnologias como a *Internet of Things*, *Big Data and Analytics*, Computação em Nuvens, *Blockchain* e o aprimoramento de tecnologias como as Inteligências Artificiais, o Aprendizado de Máquina e as Tecnologias da Informação e Comunicação. Por assim ser, a implementação destas inovações tornou-se comum, como por exemplo, com a computação em nuvens, o armazenamento e compartilhamento de documentos ficou mais acessível; a pesquisa, recepção e transmissão de informações e conhecimentos agora estão mais céleres com a internet; o surgimento de empresas como a Uber proporcionaram mudanças significativas no setor de transportes, e assim, dentre tantas outras inovações, ocasionam profundos impactos na vida humana. Não obstante, diante da extensão dos efeitos desse processo evolutivo, a Administração Pública brasileira iniciou um movimento de adequação, a fim de corresponder de maneira mais fiel a realidade atualmente experimentada pela população. Representam esse processo, o Decreto nº 8.777/2016, o Decreto nº 9.319/2018, a Lei nº 13.709/2018 (LGPD), e mais especificamente o Decreto nº 10.332/2020. Em suma, via método dedutivo e pesquisa fundamentalmente bibliográfica, depreendeu-se que a Revolução 4.0 tem exercido uma importante contribuição para o aprimoramento da vida humana, assim sendo, o Estado também deve se atualizar, a fim de prestar um serviço mais condizente com a realidade social. Obviamente, o Brasil ainda enfrenta outros problemas graves como a ineficácia dos direitos humanos fundamentais consagrados pela Constituição Cidadã de 1988, o que por si só inviabiliza, pelo menos por enquanto, a concretude plena de uma Administração Pública Digital, todavia, o Brasil esboça o início de um importante movimento de transformação digital de sua Administração Pública.

Palavras-Chave

Administração Pública; Quarta Revolução Industrial; Transformação Digital.

Como citar:

CAPELARI JUNIOR, Saulo Capelari; FREITAS, Renato Alexandre da Silva. A revolução 4.0 enquanto catalisadora da transformação digital da administração pública brasileira. In: VALLE, Vivian Cristina Lima López; BLANCHET, Luiz Alberto. (Orgs.). *Direito, Smart Cities e Tecnologia: Energia, Serviços Públicos, Empreendedorismo e Sustentabilidade*. Curitiba: GRD, 2021. ISBN: 978-65-992732-4-7 DOI: 10.5281/zenodo.4628851

CIDADES INTELIGENTES PARA TODOS: O DESAFIO DE REDUZIR A DESIGUALDADE SOCIAL DIANTE DA EXCLUSÃO DIGITAL

SMART CITIES FOR EVERYONE: THE CHALLENGE OF REDUCING SOCIAL INEQUALITY IN FACE OF THE DIGITAL INEQUALITY

LUCAS BOSSONI SAIKALI ¹

Universidade Federal do Paraná (Curitiba, Paraná, Brasil)

<https://orcid.org/0000-0001-6589-4269>

saikalilucas@gmail.com

RESUMO

O objetivo deste comunicado é analisar o desenvolvimento urbanístico – especialmente em relação às cidades inteligentes – do ponto de vista do Direito administrativo social. A finalidade da pesquisa é a de analisar de que maneira a Administração Pública pode(rá) lidar com o desafio do contínuo aumento da desigualdade social em razão da exclusão digital no Brasil. Embora a expressão ainda não possua um conceito unívoco na doutrina, uma cidade inteligente é aquela que, por meio da utilização de tecnologias, investe em capital humano, social, tradicional, moderno, infraestrutura, comunicação, desenvolvimento econômico sustentável, qualidade de vida e cuja gestão dos recursos naturais ocorrem por meio de uma ação participativa e engajamento dos cidadãos. E cada vez mais esta integração é instrumentalizada por meio da Internet das Coisas, qual seja, um conjunto de objetos interconectados com a Internet que cria um ecossistema de computação onipresente, com o objetivo de facilitar e trazer soluções para desafios cotidianos. Contudo, pensar na aplicação destes novos instrumentos para a população brasileira torna-se um desafio quando o acesso à internet é desigual. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, mais de 20 milhões de domicílios não possuem acesso à internet por banda larga ou por rede móvel (o que representa 28% dos domicílios totais no país). Ainda, descobriu-se que domicílios com acesso à internet só estão presentes em aproximadamente 50% na área rural e 50% nas classes D e E (a população mais pobre). Nesse sentido, o Estado deve promover políticas públicas para fortalecer e garantir direitos sociais e a inclusão digital da população no ambiente das

¹ Mestre em Direito pela PUCPR. Editor Adjunto da *International Journal of Digital Law*. Assessor Técnico da Secretaria de Estado da Fazenda do Paraná. e-mail: saikalilucas@gmail.com

idades inteligentes. Estas políticas devem ser orientadas e fundamentadas no objetivo do bem-estar social previsto na Constituição e no compromisso do Estado com a inclusão social. Inclusive, no Brasil, um case da utilização de novas tecnologias para o desenvolvimento de cidades inteligentes aconteceu na área rural do Município de Rio Verde (GO). Naquela localidade, houve a disponibilização de rede de internet móvel de quinta geração (5G) para o agronegócio. Realizado por meio de parceria entre entidades públicas e a iniciativa privada, o objetivo do projeto é incrementar o uso da tecnologia no campo (em especial às aplicações de Internet das Coisas, computação em nuvem e Inteligência Artificial) e reduzir custos operacionais para quem trabalha nesse setor. Um exemplo deste projeto é a utilização de drones conectados à rede 5G que permitiriam que os produtores monitorassem a colheita em tempo real, com informações precisas disponibilizadas na nuvem. De toda forma, este é um exemplo que abrange uma pequena área do município de Rio Verde. Uma hipótese inicial – e que será investigada no continuar desta pesquisa – é a necessidade de a Administração Pública investir, direta ou por meio de parcerias com a iniciativa privada, em infraestrutura básica em nível federal, estadual e municipal. Havendo o objetivo de lidar com a exclusão digital, essencial que o Estado atue levando acesso à Tecnologias de Informação e Comunicação às classes sociais mais baixas.

Palavras-Chave

Cidades inteligentes; Internet das Coisas; desigualdade social; políticas públicas para inovação; Direito administrativo social.

Como citar:

SAIKALI, Lucas Bossoni. Cidades inteligentes para todos: o desafio de reduzir a desigualdade social diante da exclusão digital. In: VALLE, Vivian Cristina Lima López; BLANCHET, Luiz Alberto. (Orgs.). *Direito, Smart Cities e Tecnologia: Energia, Serviços Públicos, Empreendedorismo e Sustentabilidade*. Curitiba: GRD, 2021. ISBN: 978-65-992732-4-7 DOI: 10.5281/zenodo.4628851

SERVIÇO PÚBLICO DIGITAL NO ÂMBITO DA SAÚDE EM TEMPOS DE COVID-19: A TELEMEDICINA E OS APP'S

DIGITAL PUBLIC SERVICE IN HEALTH DURING COVID-19 TIMES: THE TELEMEDICINE AND APPS

EVANDRO FERNANDES PETHECHUST ¹

Pontifícia Universidade Católica do Paraná (Curitiba, Paraná, Brasil)

<https://orcid.org/0000-0003-4678-4122>

evandropeth@gmail.com

RESUMO

O objetivo do presente comunicado é analisar a telemedicina e os aplicativos disponibilizados pela Administração Pública no âmbito da saúde, por meio de sua governança digital, e seu impacto em tempos de Covid-19. Argumenta-se a extrema relevância da prática pública baseada na teoria do Direito administrativo social de modo a reduzir a “divisão digital”, definida como a lacuna entre aqueles que podem se beneficiar da internet e seus serviços e aqueles que não. Desenvolve tratando dos principais meios de utilização da telemedicina e apps, para garantia de um serviço público digital da saúde. Inclina-se para possíveis perspectivas da atuação do poder público que deverá se reorientar para a prestação destes tipos de serviço. A investigação resulta de pesquisa teórica qualitativa mediante a aplicação do método dedutivo, através da revisão bibliográfica acerca da matéria. O ensaio é encontrar de que modo ocorreu a aplicação de uma governança digital na saúde neste período, frente às inúmeras dificuldades técnicas e socioeconômicas, inclinando-se a indicação da existência de uma necessária evolução do governo eletrônico para uma Administração Pública digital. Toma-se como pressuposto a existência de uma deficiência da aplicação dessas estratégias, pois exclui a parte menos favorecida da população brasileira, não construindo um sistema responsivo. Continua-se expondo a evolução da transformação digital do SUS, um dos maiores desafios da Administração Pública, destacando a importância das políticas públicas no desenvolvidas ao longo dos anos para o fortalecimento do direito a saúde e a uma vida digna. Indica-se a orientação dada às políticas de bem-estar social fundamentadas na constituição e o compromisso do Estado com a inclusão Social. Depreende-se destacando a necessidade de uma evolução quanto o modelo do governo eletrônico para fornecimento de um devido serviço público

¹ Acadêmico do curso de Bacharelado em Direito da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, e-mail: evandropeth@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4678-4122>

digital, e preservação dos direitos constitucionalmente assegurados, assim promovendo uma sociedade menos desigual, mais inclusiva e com um serviço digital eficiente. Conclui-se que devido a pandemia do Covid-19, houve um aceleração na implementação quanto as práticas da governança digital na saúde, mas que ainda necessita de aprimoramento e análise crítica, se baseando na teoria do Direito administrativo social, evidências científicas, tendo o Estado o dever de garantir além do acesso real à saúde, também o acesso digital pelos grupos vulneráveis.

Palavras-Chave

Direito administrativo social; Administração Pública digital; direitos sociais; Saúde Digital; Serviço Público Digital.

Como citar:

PETHECHUST, Evandro Fernandes. Serviço público digital no âmbito da saúde em tempos de COVID-19: a telemedicina e os APP's. In: VALLE, Vivian Cristina Lima López; BLANCHET, Luiz Alberto. (Orgs.). *Direito, Smart Cities e Tecnologia: Energia, Serviços Públicos, Empreendedorismo e Sustentabilidade*. Curitiba: GRD, 2021. ISBN: 978-65-992732-4-7 DOI: 10.5281/zenodo.4628851

A DIFICULDADE DA PROCURADORIA DO MUNICÍPIO DE CASTELO NA ERA DIGITAL

THE DIFFICULTY OF THE ATTORNEY OF THE MUNICIPALITY OF CASTELO IN THE DIGITAL AGE

BRUNA BISI FERREIRA DE QUEIROZ ¹

Universidade Anhanguera (Vitória. Espírito Santo, Brasil)

<https://orcid.org/0000-0003-0099-9355>

bruna_bisi@hotmail.com

RESUMO

Este trabalho visa analisar o uso da tecnologia nos órgãos da administração por meio do estudo de caso da Procuradoria do município de Castelo, no Estado do Espírito Santo, por meio de revisão bibliográfica para identificar quais as vantagens do uso da tecnologia e quais os maiores desafios vividos pelos municípios do interior, particularmente através da vivência na procuradoria municipal. Um estudo que se propõe a analisar o uso da tecnologia a partir de uma experiência prática e identificar um desafio dos municípios de pequeno porte na era digital. É um tema de grande relevância uma vez que os municípios pequenos são a maioria no território nacional. A Pandemia da Covid-19 levou todos os setores para a era tecnológica de uma forma abrupta. Em relação à administração pública não foi diferente e muitos serviços, senão todos, passaram a ser realizados em plataformas digitais e com o uso da tecnologia. Ocorre que a realidade de muitos municípios brasileiros está longe de ser adequada para esta nova era. O Município de Castelo, no interior do Estado do Espírito Santo, por exemplo, desde a sua emancipação em 25 de dezembro de 1928, até 22 de outubro de 2018, não havia a compilação de suas leis. Somente em 2018, o Município efetivou a contratação de um site de leis municipais para ter todas as leis acessíveis online e compiladas. Esta situação atrapalha e muito no exercício e eficácia da atividade desenvolvida pelos procuradores municipais. Além disso, a pandemia ocasionou um excesso de judicialização o que gera a necessidade de adequação e disrupção da administração pública para a tornar a prestação dos serviços de forma ágil e efetiva. A dificuldade de trabalho dos procuradores do Município de Castelo é enorme, principalmente em um mundo tão tecnológico. Os municípios do interior têm muitas dificuldades de se adequar às

¹ Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito de Vitória - FDV. Pós-graduada em Direito Público pela FLG (2011). Procuradora Efetiva do Município de Castelo/ES (aprovada em 1º lugar no concurso de 2011). Professora da Multivix de Castelo de 2015 a 2017.

situações que são apresentadas, e a Fazenda Pública destes não está preparada. A realidade é que não existe qualquer processo de automação no Município de Castelo. Os processos ainda não protocolados manualmente, e os parecerem feitos um a um, sem a presença de qualquer sistema que identifique o objeto e o assunto do processo para que o trabalho seja muito mais produtivo e efetivo. A dificuldade de trabalho e a atuação cada vez mais expressiva dos órgãos de controle provoca uma total paralisia da Fazenda Pública, um apagão da administração. Dessa forma, importante lançar um olhar consciente para uma boa e segura atuação dos advogados públicos e reconhecimento de seu trabalho para uma boa gestão da administração pública.

Palavras-Chave

Uso da tecnologia; Fazenda pública municipal; Era digital, Dificuldades; Desafios.

Como citar:

QUEIROZ, Bruna Bisi Ferreira de. A dificuldade da procuradoria do município de castelo na era digital. In: VALLE, Vivian Cristina Lima López; BLANCHET, Luiz Alberto. (Orgs.). *Direito, Smart Cities e Tecnologia: Energia, Serviços Públicos, Empreendedorismo e Sustentabilidade*. Curitiba: GRD, 2021. ISBN: 978-65-992732-4-7 DOI: 10.5281/zenodo.4628851

O PARADIGMA DO GOVERNO DIGITAL E A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS ELETRÔNICOS: REFLEXÕES SOBRE UM NECESSÁRIO ENFRENTAMENTO DO ANALFABETISMO DIGITAL E DOS IMPACTOS NEGATIVOS DAS NOVAS TECNOLOGIAS NO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

THE DIGITAL GOVERNMENT PARADIGM AND THE PROVISION OF ELECTRONIC PUBLIC SERVICES: REFLECTIONS ON A NECESSARY FACING DIGITAL ANALFABETISM AND THE NEGATIVE IMPACTS OF NEW TECHNOLOGIES ON SUSTAINABLE DEVELOPMENT

RENATA BRINDAROLI ZELINSKI ¹

Ministério Público de Contas do Estado do Paraná (Curitiba, Paraná, Brasil)

<https://orcid.org/0000-0001-6328-8310>

renata_zelinski@yahoo.com.br

RESUMO

O novo modelo de Administração Pública tende a se ajustar às exigências atuais da sociedade - dotada de múltiplas facetas - objetivando propiciar uma gestão eficiente para a concretização do(s) interesse(s) público(s) com base em mecanismos de governança que adota a inteligência artificial. O uso de novas tecnologias pela Administração Pública tem se revelado uma estratégia de modernização para o aprimoramento dos serviços públicos prestados aos cidadãos, culminando na formalização de programas estatais de governo eletrônico (e-Gov), que evoluíram para o paradigma do Governo Digital. Este Governo se utiliza das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC's) para facilitar a sua gestão, contribuindo para a melhor organização de políticas públicas e de prestação de serviços públicos, inclusive impulsionando o crescimento do controle social, já que a internet tem permitido uma maior interação do cidadão com a administração pública, por meio das redes sociais e

¹ Mestra em Direito pelo Centro Universitário Internacional - UNINTER. Especialista *in Giustizia Costituzionale e Tutela Giurisdizionale dei Diritti* pela Università di Pisa, Itália. Membro do Instituto Paranaense de Direito Administrativo (IPDA). Membro da Comissão de Gestão Pública e Controle da Administração da OAB/PR. Especialista em Direito Público pela Escola da Magistratura Federal do Paraná - ESMAFE/PR. Graduada em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUCPR. Advogada. Assessora Jurídica do Ministério Público de Contas do Estado do Paraná. <https://orcid.org/0000-0001-6328-8310>.

dos canais de participação criados pelo Poder Público. O maior objetivo do Governo Eletrônico deve ser a garantia da democracia digital, de modo que o cidadão tenha acesso facilitado aos sistemas governamentais de prestação de serviços eletrônicos. Deve existir, também, uma generosidade institucional, de modo que os entes federativos que possuam maiores condições quanto ao domínio de programas informatizados e inovações tecnológicas auxiliem os que demonstrem menor capacidade de implementação tecnológica na sua administração. A falta de acesso a computadores e à internet também restringe o ideal de desenvolvimento nacional sustentável, tanto para os cidadãos e como para as pequenas administrações, em relação aos seus três pilares: social, econômico e ambiental. Ressalte-se que tais pilares podem ser impactados negativamente pela tecnologia. Quanto ao aspecto social, caso a inteligência artificial seja usada em regiões em que não haja transparência e controle democrático, pode-se permitir o nacionalismo, ódio contra as minorias e polarização nos resultados das eleições. No que toca à faceta econômica, discriminações podem ocorrer se o processo de preparação de dados e adaptação dos algoritmos usados para processos de seleção de publicidade de emprego online não leve em consideração as diversidades. Acerca do viés ambiental, a proteção climática pode ser prejudicada pela grande necessidade de energia para aplicações tecnológicas. Posto o tema, esta pesquisa utiliza como método o material bibliográfico e legislativo, buscando evidenciar a necessidade da concretização de um Governo Digital eficiente, cuja gestão empregue as TIC's a fim de que a prestação de serviços públicos eletrônicos seja de qualidade e de amplo acesso, tendo como fundamento a promoção do desenvolvimento sustentável. Para tanto, é imperativa a intensificação das discussões sobre medidas governamentais que possibilitem a erradicação do chamado "analfabetismo digital", assim como no que diz respeito aos aspectos negativos que as novas tecnologias podem gerar com vistas a minimizá-los. Conclui-se que o debate deve ser expandido, de modo que se revele necessária - e em conformidade com as leis e o Direito - a eventual intervenção administrativa e/ou legislativa no domínio econômico para que o amplo acesso dos cidadãos brasileiros às tecnologias se concretize e o desenvolvimento nacional sustentável seja alcançado.

Palavras-Chave

Inteligência Artificial; Governo Digital; Tecnologias da Informação e Comunicação; Serviços Públicos Eletrônicos; Desenvolvimento Sustentável.

Como citar:

ZELINSKI, Renata Brindaroli. O paradigma do governo digital e a prestação de serviços públicos eletrônicos: reflexões sobre um necessário enfrentamento do analfabetismo digital e dos impactos negativos das novas tecnologias no desenvolvimento sustentável. In: VALLE, Vivian Cristina Lima López; BLANCHET, Luiz Alberto. (Orgs.). *Direito, Smart Cities e Tecnologia: Energia, Serviços Públicos, Empreendedorismo e Sustentabilidade*. Curitiba: GRD, 2021. ISBN: 978-65-992732-4-7 DOI: 10.5281/zenodo.4628851

SMART CITIES E O OUTRO LADO DA MOEDA: A SOCIEDADE DE VIGILÂNCIA

SMART CITIES AND THE OTHER SIDE OF THE COIN: THE SURVEILLANCE SOCIETY

ANA CRISTINA AGUILAR VIANA ¹

Université Paris I Panthéon-Sorbonne (Paris, Île-de-France, France)

<https://orcid.org/0000-0003-3837-8589>

anacristina_av@hotmail.com

BÁRBARA MENDONÇA BERTOTTI ²

Pontifícia Universidade Católica do Paraná (Curitiba, Paraná, Brasil)

<https://orcid.org/0000-0001-6959-0481>

barbarabmmab@gmail.com

RESUMO

As cidades inteligentes (*smart cities*) são concebidas como modelos inovadores de construção urbana e de prestação de serviços. Por meio do uso estratégico e interconectado de diversas tecnologias, busca-se utilizar ferramentas avançadas de modo ótimo no desenvolvimento de sociedades conectadas, mais seguras e mais inteligentes. O outro lado da moeda, contudo, reside na cara discussão da revolução tecnológica do limite entre privacidade e segurança, isto é, até que ponto as pessoas, ao se exporem e serem expostas, têm sua privacidade garantida. Fator que contribui para essa deliberada exposição é a

¹ Doutoranda em Direito do Estado na Universidade Federal do Paraná e em Direito Público e fiscal na Universidade Paris 1 Panthéon-Sorbonne. Mestra em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Paraná. Bacharel em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná e em Comunicação Social (Habilitação em Jornalismo) pelas Faculdades Integradas do Brasil. Especialista em Direito Administrativo pelo Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar e em Sociologia Política pela Universidade Federal do Paraná. Diretora Jurídica no Instituto de Direito Administrativo Sancionador Brasileiro. Foi a Presidenta fundadora do Instituto Política por.de.para Mulheres. Pesquisadora do Núcleo de Investigações Constitucionais (NINC), do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Paraná. Advogada. Professora de direito administrativo e direito eletrônico na Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Tem como enfoque de pesquisa os seguintes temas: direito público e novas tecnologias, e estudos sobre gênero

² Mestra em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (bolsa CAPES). Especialista em Direito Público pela Escola da Magistratura Federal do Paraná e em Direito Administrativo pelo Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar.

disseminação da cibercultura, a partir de uma gradual dissolução dos limites sociais entre lugares reais e ciberespaços. O comunicado, por meio do método exploratório, identifica os mecanismos empregados no desenvolvimento das cidades inteligentes, por meio dos seus dispositivos tecnológicos e modo de uso. A pesquisa revela que para que a cidade possa se conectar de modo intuitivo é essencial a extração de dados, que pode se dar das mais diversas maneiras, sendo a grande maioria produzidos pelos próprios sujeitos. Geolocalização (circulação pelo espaço urbano ligada a sistemas de GPS - no celular, no automóvel ou em outro dispositivo), usos das pessoas na internet (compras feitas com cartões de banco, declarações de impostos, *login* em *e-mails* e outros sites que solicitam cadastros, comportamentos em redes sociais - curtidas, compartilhamentos, interações), objetos inteligentes por elas utilizados, microfones, dispositivos de biometria (reconhecimento facial, leitor de íris, sensor de impressão digital, comando por voz), drones, câmeras de monitoramento, além de extração de dados residuais. Ainda, é imprescindível o uso de grande quantidade de dados (Big Data). Isso porque quanto mais dados se resgata, melhor fica a conexão entre as tecnologias, e assim, melhores chances existem de incrementar a inteligência e segurança de uma *smart city*. Esses modelos exploram técnicas preditivas, de manipulação e antecipação de comportamentos, resultando no que Shoshanna Zuboff chama de capitalismo de vigilância. Os resultados mostram que a cidade inteligente precisa, para não se tornar um *Big Brother orweliano*, lidar de maneira crítica com o modo de uso de dados das pessoas. Conclui-se, tal como a máxima de Benjamin Franklin, que uma sociedade que opta por conceder sua privacidade em nome da segurança, pode ficar sem nenhuma das duas.

Palavras-Chave

Smart cities; novas tecnologias; vigilâncias; privacidade; segurança.

Como citar:

VIANA, Ana Cristina Aguilar; BERTOTTI, Bárbara Mendonça. *Smart cities* e o outro lado da moeda: a sociedade de vigilância. In: VALLE, Vivian Cristina Lima López; BLANCHET, Luiz Alberto. (Orgs.). *Direito, Smart Cities e Tecnologia: Energia, Serviços Públicos, Empreendedorismo e Sustentabilidade*. Curitiba: GRD, 2021. ISBN: 978-65-992732-4-7 DOI: 10.5281/zenodo.4628851

O DESAFIO DA IMPLEMENTAÇÃO DAS SMART GRIDS NA CONSTRUÇÃO DAS CIDADES INTELIGENTES*

THE CHALLENGE OF IMPLEMENTING SMART GRIDS IN THE CONSTRUCTION OF SMART CITIES

SERGIO ALEXANDRE DE MORAES BRAGA JUNIOR ¹

Universidade Federal do Rio Grande do Norte (Natal, Rio Grande do Norte, Brasil)

<https://orcid.org/0000-0001-8716-7468>
s.alexandre.prof@gmail.com

RESUMO

O estudo tem como objetivo analisar o arcabouço jurídico que moldou a experiência brasileira na implantação de redes inteligentes, denominadas *smart grids*. A Carta Brasileira de Cidades Inteligentes define *smart grid* como um sistema de gestão de energia distribuída. O conceito se propõe a integrar todas as fontes de energia em uma rede digital distribuída regionalmente para que a oferta e a demanda possam ser ajustadas. O monitoramento em tempo real da rede pode identificar e influenciar o ambiente de consumo, onde os custos de energia variam ao longo do dia, não só em função da localização e do horário, mas também da mobilidade elétrica. É importante ressaltar que os medidores inteligentes serão integrados a grandes bancos de dados (big data) por meio de processamento em tempo real (*smart grid*). Essencial observar também que, na instalação e operação de tais instrumentos, a segurança energética e a privacidade da rede devem ser consideradas para evitar tais problemas. No presente estudo, foi utilizada a metodologia de cunho bibliográfico e documental, quando dedutivo, e dissertativo argumentativo em que se perfaz o encadeamento lógico normativo da construção destes conceitos. De acordo com a "Carta Brasileira", o mercado vertical da "cidade inteligente" é impulsionado pelo plano de iluminação pública urbana. Depois que o custo dos serviços de iluminação pública foi dividido, o tema foi se popularizando, gradualmente, através da Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública – COSIP, ser disposta na Constituição Federal de 1988, o art.149-A. Fornecer serviços de iluminação pública agora significa implementar e operar uma rede

* O autor recebeu Menção Honrosa pela pesquisa segundo a avaliação da Comissão Científica do Seminários de Integração do PPGD/PUCPR 2021 e ficou em segundo lugar na lista de melhores comunicações científicas apresentadas.

¹ Doutor pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Orcid: 0000-0001-8716-7468
s.alexandre.prof@gmail.com

de fios e cabos que também pode receber sensores. Lentamente, no cenário nacional foi formada uma "rede inteligente" com potencial para servir toda a coletividade. Para promover o uso racional da energia elétrica em vias públicas, residências, hospitais, indústrias e prédios públicos, faz-se, cada vez mais necessário buscar a regulamentação do uso das *Smart Grid*. A descentralização do poder, incorporando a sociedade nas decisões de gestão e planos estratégicos acabam por elevar a qualidade de vida. Com isso, o entendimento da governança é ampliado, pois afeta o capital humano, social e digital, agregando-se a esse conceito. A participação cidadã autorregulada passa a incorporar o tom dos novos tempos, casos em que o agente público atua como órgão de fomento e regulação estratégicos.

Palavras-Chave

smart grids; cidades inteligentes; eficiência energética; energia; desenvolvimento.

Como citar:

BRAGA JUNIOR, Sergio Alexandre de Moraes. O desafio da implementação das smart grids na construção das cidades inteligentes. In: VALLE, Vivian Cristina Lima López; BLANCHET, Luiz Alberto. (Orgs.). *Direito, Smart Cities e Tecnologia: Energia, Serviços Públicos, Empreendedorismo e Sustentabilidade*. Curitiba: GRD, 2021. ISBN: 978-65-992732-4-7 DOI: 10.5281/zenodo.4628851

QUEM QUER VIVER PARA SEMPRE? O LUTO DIGITAL E A GESTÃO DE CONTEÚDO EM REDES SOCIAIS POR MEIO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL*

WHO WANTS TO LIVE FOREVER? DIGITAL MOURNING AND CONTENT MANAGEMENT ON SOCIAL NETWORKS THROUGH ARTIFICIAL INTELLIGENCE

KATHERINE MARCOPOULOS¹

Pontifícia Universidade Católica do Paraná (Curitiba, Paraná, Brasil)
<https://orcid.org/0000-0002-7837-8308>
kathemar@bol.com.br

ARIÊ SCHERREIER FERNEDA²

Pontifícia Universidade Católica do Paraná (Curitiba, Paraná, Brasil)
<https://orcid.org/0000-0002-4559-4186>
arieferneda@gmail.com

RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo estudar o conceito de luto digital e a gestão do conteúdo produzido pelos usuários de redes sociais após a sua morte, por meio da Inteligência Artificial. Para tanto, o trabalho será desenvolvido por meio do método hipotético-dedutivo, lastreado na revisão bibliográfica. Nesse sentido, tem-se que o Luto Digital diz respeito ao processo de luto que é desenvolvido através da internet. Conforme esta promove mudanças nos hábitos diários, isto também se estende a forma de como lidar com a morte associadas ao surgimento e popularização das redes sociais, sendo um caminho para manter a memória do indivíduo. A partir disto, há o surgimento de plataformas cujos objetivos envolvem esta temática, que vão desde serviços fúnebres e memoriais no intuito de manter a identidade online do falecido e prestar homenagens até a criação de inteligências artificiais que permitem um tipo de

* As autoras receberam Menção Honrosa pela pesquisa segundo a avaliação da Comissão Científica do Seminários de Integração do PPGD/PUCPR 2021 e ficaram em segundo lugar na lista de melhores comunicações científicas apresentadas.

¹ Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUC/PR.

² Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUC/PR. Integrante do Grupo de Estudos de Análise Econômica do direito. Diretora Cultural do Centro Acadêmico Sobral Pinto, Gestão Lótus 2018-2019. Coordenadora de Eventos da ONG SuperAção.

vivência digital como se o usuário estivesse vivo e interagindo com outros indivíduos, o que abrange algumas das possibilidades de certa imortalidade digital. Por outro lado, há a herança digital do usuário que compreende os diversos tipos de bens que estão presentes no meio virtual, os quais podem estar armazenados em dispositivos digitais ou sendo o acesso às contas digitais da pessoa. Apesar de ter sido formado o conceito deste tipo de herança, há escassa legislação sobre os dados e sua proteção no caso de falecimento mesmo em leis como a Lei 12.965/2014 (Marco Civil da Internet) e a Lei 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados), que abordam justamente as regras e comportamentos no âmbito digital, surgindo propostas de leis para corrigir esta deficiência. Como consequência, há a possibilidade de haver problemas no caso de ter a intenção de acessar dados sensíveis com a possibilidade de atingir o direito à privacidade e a própria proteção de dados, consequentemente entrando em conflito com direitos personalíssimos. Deste modo, há alta probabilidade da judicialização de casos quando o bem não está devidamente regulamentado por lei e/ou não fossem abordadas nos termos de uso ou diretrizes de redes sociais.

Palavras-Chave

Luto Digital; Redes Sociais; Inteligência Artificial; Herança Digital.

Como citar:

MARCOPOULOS, Katherine; FERNEDA, Ariê Scherreier. Quem quer viver para sempre? O luto digital e a gestão de conteúdo em redes sociais por meio da inteligência artificial. In: VALLE, Vivian Cristina Lima López; BLANCHET, Luiz Alberto. (Orgs.). *Direito, Smart Cities e Tecnologia: Energia, Serviços Públicos, Empreendedorismo e Sustentabilidade*. Curitiba: GRD, 2021. ISBN: 978-65-992732-4-7 DOI: 10.5281/zenodo.4628851

TECNOLOGIA APLICADA PARA A FIXAÇÃO E ANÁLISE DE PRECEDENTES NO DIREITO BRASILEIRO MEDIANTE O USO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL: A SUBJETIVIDADE ENTRE A NORMA GERAL E ABSTRATA E O TRAJETO DA SUBSUNÇÃO DO FATO À NORMA

APPLIED TECHNOLOGY FOR SETTING AND ANALYZING PRECEDENTS IN BRAZILIAN LAW THROUGH THE USE OF ARTIFICIAL INTELLIGENCE: THE SUBJECTIVITY BETWEEN THE GENERAL AND ABSTRACT NORMS AND THE PATH FROM THE SUBSUMPTION OF THE FACT TO THE NORM

ANDRESSA DE LIZ SAMPAIO ¹

Centro Universitário Autônomo do Brasil (Curitiba, Paraná, Brasil)

<https://orcid.org/0000-0003-1613-9202>

andressa@sampaiodesa.com.br

RESUMO

A pesquisa estuda a relação da tecnologia com o direito. Parte da inferência de que mediante o aprimoramento e adaptação da inteligência artificial logo o campo das ciências jurídicas poderá sofrer notável alteração do exercício prático da advocacia e da magistratura. Diversos estudos apontam para a utilização de tecnologia e a aplicação da inteligência artificial em diversas áreas que a pouco tempo se pensava jamais haver uma viabilidade de uso concreto. Neste sentido destaca-se o exercício profissional dos bacharéis em direito. O impacto da evolução da tecnologia e uso da inteligência artificial não foi diferente de outros setores, portanto muitas ações já estão sendo feitas para que ocorra de fato a inserção da inteligência artificial nas funções de advogados e magistrados. Principalmente em partes dos procedimentos operacionais de processos que tramitam nas cortes com a intenção de se criar um meio para o auxílio na prestação jurisdicional. Partindo desse pressuposto é importante destacar que a pesquisa se orienta pela seguinte questão problema: é possível utilizar a inteligência artificial para aplicação dos precedentes? Para responder tal

¹ Mestranda em Direitos Fundamentais & Democracia e integra como pesquisadora do Grupo Direito Constitucional – Jurisdição e Democracia do PPGD/UniBrasil. É Membro do IBDP - Instituto Brasileiro de Direito Processual Civil. É graduada em direito pela UniBrasil e possui pós-graduação lato sensu com especialidade em Direito Civil e Processual Civil no Centro Universitário Curitiba – UniCuritiba. Como docente atua na área de Direito Processual Civil na graduação e especialização. Advoga junto à banca de advogados do Escritório Sampaio & de Sá Advocacia e Consultoria Jurídica onde é sócia fundadora.

indagação, faz-se importante uma análise sobre o que é a inteligência artificial e onde ela se insere na evolução da tecnologia frente à Quarta Revolução Industrial. Assim sendo presume-se que a inteligência artificial possui um sistema que pode realizar a autoalimentação de dados mediante o processamento das informações fornecidas na análise de processos. Assim poderá gerar continuamente novos dados com informações necessárias para as novas demandas. Tal sistemática quando agrupadas, processadas e aparelhadas poderá permitir que os dados arquivados sejam utilizados para o uso judicial, em decisões, dosimetria de pena, sentenças ou ao fim a que se destinam. Especialmente diante da introdução da lógica presente no sistema de precedentes no direito brasileiro tal façanha possa ser alcançada. Importa, ainda salientar, a fim de demonstrar como a inteligência artificial poderá auxiliar o judiciário mediante a percorrer o trajeto entre a norma geral e abstrata para a norma individual e concreta, o método utilizado para aplicação dos precedentes. Já há tempos é sabido que para produzir a norma individual e concreta, a inteligência artificial precisaria fazer a mesma digressão que o juiz faz nos julgamentos. Assim sendo seria necessário que a inteligência artificial realizasse o trajeto da subsunção do fato à norma. Somando ainda que deverá entender a existência de limites pois mesmo em casos em que o sistema de precedentes seja aplicável existe certa esfera subjetiva tornando cada caso único. Por fim, conclui-se ao responder objetivamente à questão problema da investigação proposta pela pesquisa: importa em entender se a inteligência artificial possui limitações ou se ela é plena em sua aplicabilidade na atividade realizada pelo juiz. Portanto, capaz de entender as informações do caso e mediante análise dos dados introduzidos no sistema poderá aplicar corretamente o precedente ao caso julgado. Compreenderá os elementos subjetivos no processo e as peculiaridades do caso em julgamento. Conclui-se que uma pesquisa com tamanha amplitude minimamente deverá ser pautada em refinada pesquisa bibliográficas sobre o tema, pois demanda aprofundamento na matéria focando o aprofundamento da interligação entre as ciências da informação e as ciências jurídicas. Orientando a lógica do raciocínio jurídico da sistemática presente na análise de precedentes. Somente assim poderá ser viável a utilização da inteligência artificial no campo prático do direito, tornando-se meio eficaz de auxílio na atividade jurisdicional.

Palavras-chave

Inteligência artificial; sistema de precedente; tecnologia na prática jurídica; análise de casos.

Como citar:

SAMPAIO, Andressa de Liz. Tecnologia aplicada para a fixação e análise de precedentes no direito brasileiro mediante o uso da inteligência artificial: a subjetividade entre a norma geral e abstrata e o trajeto da subsunção do fato à norma. In: VALLE, Vivian Cristina Lima López; BLANCHET, Luiz Alberto. (Orgs.). *Direito, Smart Cities e Tecnologia*: Energia, Serviços Públicos, Empreendedorismo e Sustentabilidade. Curitiba: GRD, 2021. ISBN: 978-65-992732-4-7 DOI: 10.5281/zenodo.4628851

CONSELHO EDITORIAL

Alexandre Godoy Dotta - Doutor e Mestre em Educação. Especialista em Administração, em Metodologia do Ensino Superior e em Metodologia do Conhecimento e do Trabalho Científico.

Eneida Desiree Salgado - Mestre e doutora em Direito do Estado. Estágio de pós-doutoramento na *Universidad Nacional Autónoma de México* e em Ciência Política da UFPR. *Visiting scholar* na Universidade da Califórnia. Professora do PPGD da UFPR, líder do NINC e coordenadora do Política Por/De/Para Mulheres.

Letícia Regina Camargo Kreuz - Doutora e Mestra em Direito do Estado. Bolsista pela Pesquisadora do NINC e do Política por/de/para Mulheres. Especialista em Direito Administrativo no Instituto Romeu Felipe Bacellar

Maíra Silva Marques da Fonseca - Graduação e Mestrado em Direito pela UFPR e Doutorado em Direito USP.

Nadia Maria Guariza - Graduada, mestra e doutora em História pela UFPR. Professora do Mestrado em História na UniCentro. Pesquisadora do Núcleo de Estudos de Gênero.

Ozias Paese Neves - Estágio pósdoctoral em História na Universidade de São Paulo (USP). Doutor em História pela UFPR, com estágio na

Università degli Studio di Genova, Mestre em História pela UFPR Graduado em história pela UTP e em Direito pela UniCuritiba. Professor da USP.

Rodrigo Alvarenga - Doutor em Filosofia, com estágio na *Université Paris 1 (Panthéon-Sorbonne)*. Professor do Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Políticas Públicas da PUCPR. Líder do Grupo de pesquisa em Direitos humanos, saúde mental e políticas públicas e membro do Grupo de pesquisa Direitos Humanos e Fluxos Migratórios.

Ronaldo Ferreira de Araujo - Doutor e Mestre em Ciência da Informação. Graduação em Ciência da Informação pela PUC Minas. Professor visitante na Universidade do Porto. É Professor na PPGCI/UFAL e PPG-GOC/UFMG. Líder do Laboratório iMetrics e pesquisador do GPOLITICS e do INCT-DD.

Vivian Cristina Lima López Valle - Doutora e Mestra em Direito. Estágio de Pós-doutorado pela *Universitat Rovira i Virgili*. Especialização em Direito Administrativo pelo IBEJ e em Contratação Pública pelo Centro de Estudos de Direito Público e Regulação pela Universidade de Coimbra. Líder do GESPAD vinculado ao NUPED/PUCPR.

Luiz Alberto Blanchet - Doutor e Mestre em Direito pela UFPR. Graduado em Direito pela PUCPR. Professor do PPGD/PUCPR e Membro Catedrático da ABDConst.



Copyright © 2021 GRD Editora LTDA

Rua José Zalski, 60 – Capão Raso
Curitiba-PR CEP 81312-110
CNPJ 10.632.153/0001-05
Desde 2009



PROGRAMA DE
PÓS-GRADUAÇÃO EM
DIREITO



GESPAD
Grupo de Estudos - Serviços Públicos e
Administração Pública Digital



NUPED
Núcleo de Pesquisas em Políticas Públicas
e Desenvolvimento Humano da PUCPR



**LIVRE
ACESSO**

zenodo



ISBN 978-65-992732-4-7



9 786599 273247

GRD

EDITORIA